Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quinta-feira, 11 de julho de 2024

EDIÇÃO 25.119

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50



Investimento na implantação de hidrelétricas pode evitar a adoção da bandeira amarela, avalia a Fiemg

A bandeira amarela na conta de luz foi adotada devido ao acionamento das termelétricas neste mês. Um estudo da Fiemg indica que, se houvesse mais investimento em construção de hidrelétricas com reservatórios no País, haveria uma queda de 19,3% no custo total com energia, gerando uma economia de R$ 28,7 bilhões por ano e um crescimento de 0,9% no PIB nacional. % PÁG. 5



A construção de mais hidrelétricas com reservatórios reduziria o custo total do País com energia, diz a Fiemg FOTO: DIVULGAÇÃO / CEMIG

Apenas 51% da malha rodoviária em Minas são considerados bons

% ECONOMIA Vice-presidente do Setcemg propõe uma mobilização das entidades empresariais em torno da concessão das estradas federais e estaduais

Ao contrário da maior parte do Brasil, que tem mais de 70% das rodovias consideradas boas, em Minas Gerais apenas 51% da malha rodoviária estão em situação favorável, enquanto 18% são classificados entre ruim e péssima, aponta o Índice de Condição da Manutenção (ICM) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A última vez que o Estado, que possui a maior malha do País, superou o índice de 70% de qualidade foi em 2016.

Para reverter o quadro de estradas cada vez mais precárias e temerosas em Minas, o vice-presidente do Setcemg, Adalcir Lopes, avalia que é necessária uma mobilização das entidades empresariais em torno da privatização das rodovias federais e estaduais de forma que as tarifas sejam remuneratórias, viabilizando investimentos das concessionárias na melhorar a qualidade das rodovias. Outro fator que reforça esse cenário, segundo ele, é a devolução de concessões das rodovias no Estado, como ocorreu com a BR-040 no trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora. % PÁG. 3



O indicador do Dnit aponta que 18% das rodovias em Minas Gerais estão em situação péssima ou ruim FOTO: DIVULGAÇÃO / CNT

IMA vai lançar programa para estimular regularização de cachaças no Festival Mundial de Salinas

Salinas, no Norte de Minas, tem o maior número de registros de cachaças no País. O município sedia, a partir de amanhã e até domingo, a 21ª edição do Festival Mundial da Cachaça, com expectativa de receber mais de 30 mil pessoas. Com o objetivo de estimular a regularização das cachaças, o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) lançará o do programa "O Legal Merece um Brinde". % PÁG. 8



O município brasilero que tem o maior número de cachaças registradas é Salinas, no Norte de Minas FOTO: DIVULGAÇÃO / IBRAC APAR

% EDITORIAL

A reforma política foi assumida como necessária desde os arranjos que viabilizaram a redemocratização do País e que adiante chegou a ser apontada como "a mãe de todas as reformas", devendo, portanto, anteceder as demais mudanças estruturais que igualmente não aconteceram. Interesses contrariados, aqueles que hoje podem ser percebidos com absoluta clareza, foram mais fortes e barraram os avanços desejáveis e necessários ao mesmo tempo em que abriram espaços para arranjos da explícita conveniência de seus patrocinadores. % PÁG. 2

Ocupação de hotéis de lazer no Estado atinge 88% com férias

Diante da alta do dólar e das passagens aéreas, a demanda para as férias de julho nos hotéis de lazer em Minas Gerais está em alta. A taxa média de ocupação cresceu cerca de 10% frente a julho de 2023 e chegou a cerca de 88%. Para atrair os turistas, os hotéis de lazer estão investindo em diversas atrações, com foco na gastronomia, estrutura e atendimento. As festas juninas são um diferencial de sucesso neste mês. % PÁG. 9

Os hotéis de lazer em Minas apostam em atrações para atrair os turistas, como gastronomia, estrutura e atendimento FOTO: DIVULGAÇÃO / DANIEL MANSUR

% ARTIGOS

IPCA registra alta de 0,46% em junho na RMBH

% PÁG. 4

Custo médio da construção sobe 0,28% em Minas

% PÁG. 6

Andrade Gutierrez não cumpre acordo com MG

% PÁG. 12

Federalização da Codemig avança na Assembleia

% PÁG. 7

DÓLAR DIA 10

	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,4110	R$ 5,4120
TURISMO	R$ 5,4370	R$ 5,6170
PTAX (BC)	R$ 5,3961	R$ 5,3967

EURO DIA 10

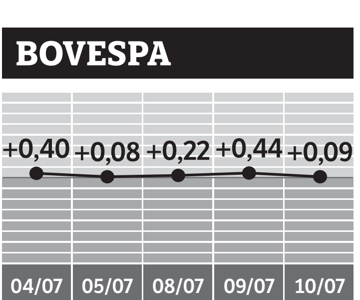
	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,8391	R$ 5,8419

OURO DIA 10

NOVA YORK (ONÇA-TROY) US$ 2.371,33
BM&F (g) R$ 412,54

TR dia 11	0,0883%
POUPANÇA dia 11	0,5887%
IPCA – IBGE maio	0,46%
IPCA – IPEAD maio	0,62%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA





OPINIÃO

Mercado de vizinhança se fortalece



Marcos Blanche
Sócio da BP Real Estate Pro, gestora e desenvolvedora de negócios imobiliários

Quando analisamos tendências do varejo e consumo, muitas pesquisas fazem um paralelo entre as vendas on-line e presenciais, mas existem particularidades que devem ser consideradas para além disso. Com as pessoas buscando a cada dia mais comodidade, qualidade de vida e com muitos trabalhando, ao menos parcialmente, a partir de casa, existe atualmente uma mudança significativa no perfil do consumidor. É nesse movimento que se multiplicam, por exemplo, os strip malls, empreendimentos que fortalecem o comércio de vizinhança.

Uma alternativa aos shopping centers tradicionais, o modelo de negócio que funciona em espaços pequenos e locais estratégicos, possibilita captar maior atenção do cliente, que acaba atraído pelas vitrines posicionadas de modo a dar maior visibilidade, com facilidade para estacionar e com resolução ágil de seus problemas rotineiros. No caminho para casa ou para o trabalho, esse fácil acesso a serviços, retirada de itens ou encomenda de refeições favorece até mesmo uma pausa para um café, um respiro em meio à correria do dia a dia e sem que percam de vista seus objetivos de consumo.

Um estudo realizado pela Kantar Worldpanel, em dez países da América Latina, incluindo o Brasil, apontou que 68% dos latinos fazem suas compras perto de casa. Analisando apenas os consumidores brasileiros, este número chega a 77% segundo pesquisa realizada recentemente pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Diante deste panorama, o número de strip malls cresce, mas hoje, quase 70% dos empreendimentos nesse formato no Brasil possuem menos de 5 anos, segundo pesquisa feita pela Associação Brasileira de Strip Malls (ABMalls), o que revela um mercado ainda jovem e com latência de possibilidades.

> ***"Um estudo realizado pela Kantar Worldpanel, em dez países da América Latina, incluindo o Brasil, apontou que 68% dos latinos fazem suas compras perto de casa"***

Vale lembrar que a maior parte desses comércios de vizinhança é pensada a partir de projetos constituídos de áreas amplas e verdes, com foco no paisagismo e no reforço a ambientes que prezam por transmitir uma tranquilidade visual. Essa preocupação ao projetar a arquitetura desses espaços vai ao encontro do que a Organização Mundial da Saúde (OMS) indicou ao publicar que construções são responsáveis por cerca de 13% dos fatores que impactam a saúde das pessoas. Redes de supermercado, academias, por exemplo, já entenderam esse movimento e estão apostando fortemente nesse formato de lojas menores e com perfil de bairro.

Com essa mudança de hábitos, a tendência é que o mercado de vizinhança se consolide como um modelo viável para os novos perfis de consumidores e a tendência é de que as empresas invistam ainda mais nesse modelo de negócio. Com essas rotinas carregadas – enquanto cada atividade tem menos tempo para acontecer –, otimizar o tempo das compras e de outras atividades rotineiras é um caminho sem volta.

Internet comprometida com a democracia



Cesar Vanucci
Jornalista(cantonius@yahoo.com.br)

"Regulamentação das redes é inevitável e fundamental. Não é censura, são regras". **(Rodrigo Pacheco, Pres. Congresso Nacional)**

As plataformas digitais persistem no propósito de fazer da internet terra de ninguém, uma arena gigantesca de "vale tudo" em massacrante desrespeito às normas de convivência social e ao Direito. Enquadra-se nessa linha de atuação recente manobra da Meta, dona do Instagram, Facebook e WhatsApp. Detectado a tempo pela Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), o procedimento da Big Tec foi sustado, por meio de uma portaria proibindo o uso de dados pessoais, para fins de treinamento de modelos de IA.

Na justificativa da decisão, a Agência Controladora explica que o esquema pretendido implica em risco iminente de dano grave e irreparável aos direitos fundamentais dos titulares das contas. O ato proibitivo fixou multa de R$ 50 mil por dia caso haja descumprimento.

Mark Zukerberg, dirigente da Meta, declarou-se desapontado com a decisão da ANPD, registrando que isso é um retrocesso para a inovação e a competitividade no desenvolvimento de IA. Mas, especialistas da matéria são de parecer inteiramente favorável ao órgão governamental, identificando na medida anunciada ato legítimo de defesa dos superiores interesses da coletividade.

Essa nova arremetida dos "todo-poderosos" grupos envolvidos na rendosa e ambígua manipulação da internet, que tanto se apresta a desfigurá-la, enfatiza outra vez, tomando feição de verdadeiro clamor público, a impostergável necessidade da regulação das redes digitais. A discussão do assunto caminha, no Congresso Nacional, a passos trôpegos por conta de politiquice barata, o que constitui uma lástima.

O Estado de Direito e a democracia deploram o que anda ocorrendo, divisando na ação de parte da base parlamentar o inglório intuito de sabotar a implantação do "Marco Civil da Internet".

Ardente aspiração das ruas, a "Constituição da internet", outra denominação do Marco Civil estabelece as diretrizes para o uso da internet entre nós. Destaca a importância da privacidade dos usuários, da inclusão digital, garantindo a liberdade de expressão. Estipula neutralidade das redes, responsabilizando os agentes do processo digital em seu âmbito de atuação. As normas a serem votadas preconizam seja a internet um espaço rigorosamente democrático e participativo. Explicam que modelos de negócios introduzidos no sistema são atividades livres e bem-vindas, desde que não molestem os princípios e valores democráticos e a Legislação.

São pontos fundamentais do Marco: acesso universal ao esquema de comunicação; acesso à participação cultural; incentivo ao aprimoramento tecnológico. Tudo quanto posto remete-nos à segurança de uma internet livre, inclusiva e segura, refletindo os ideais democráticos e o compromisso com o desenvolvimento humano e tecnológico.

EDITORIAL

Reforma às avessas

Se não podem existir dúvidas quanto ao fato de que o sistema político brasileiro padece de disfunções que, na modelagem atual, só podem ser reconhecidas como incuráveis, deveria ser lógico esperar que discussões sobre reformas de fôlego deixassem as gavetas para retornar ao primeiro plano. Não parece ser o caso, não parece ser, a qualquer título, algo que esteja no rol das preocupações do Legislativo. Muito ao contrário. Faz tempo que a reforma política, assumida como necessária desde os arranjos que viabilizaram a redemocratização do País e que adiante chegou a ser apontada como "a mãe de todas as reformas", devendo, portanto, anteceder as demais mudanças estruturais que igualmente não aconteceram. Interesses contrariados, aqueles que hoje podem ser percebidos com absoluta clareza, foram mais fortes e barraram os avanços desejáveis e necessários ao mesmo tempo em que abriram espaços para arranjos da explícita conveniência de seus patrocinadores.

O que se passa em Brasília presentemente, exatamente no conjunto de belas edificações que abrigam o Congresso Nacional, ajuda a consagrar o imobilismo, com inúmeros projetos em discussão, alguns talvez emperrados pelo pudor que ainda possa existir, desnuda a realidade. Poderia ser citada, como exemplo mais atual, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) em vias de ser votada e que representa uma grande anistia para os partidos políticos, livrando-os das multas por descumprimento à legislação eleitoral, principalmente quanto ao uso das verbas destinadas às campanhas, justamente aquele sorvedouro de recursos públicos cujo destino permanece no limbo. Perdão que se estenderia a questões como distribuição de candidaturas e cotas por raça ou sexo. Perdão também para falhas em prestações de contas e com irregularidades partidárias e eleitorais, além de um já batizado "Refis" para os partidos políticos.

Trata-se, pura e simplesmente, de consagrar desvios e não de buscar caminhos mais retos, a empreitada capaz de unir até mesmo agremiações tidas como irreconciliáveis. E para completar, permanece o risco de que saia das gavetas proposta de anistia para os envolvidos nos acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2022 em Brasília, a grande arruaça que culminou com a invasão das sedes dos Três Poderes e que deveria funcionar como pretexto para um golpe de Estado.

Colocar tudo isso no plano da normalidade, ou do aceitável, nos parece ser o mesmo que renunciar, e assumidamente, às perspectivas de construção de um sistema político mais saudável, estável e funcional.

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick
Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL

Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)

assinaturas@diariodocomercio.com.br

SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana

ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana

PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50

Demais regiões, consulte
nossa Central de Atendimento.

FILIADO À



SINDIJOR
Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio



Só 51% das rodovias em MG são considerados bons

DNIT Levantamento faz parte do último Índice de Condição da Manutenção (ICM) do órgão federal; Setcemg avalia cenário pior com devolução das concessões no Estado

RODRIGO MOINHOS

Enquanto 16 estados e o Distrito Federal comemoram por terem mais de 70% das rodovias consideradas boas, em Minas Gerais o cenário é diferente, mantendo-se abaixo da média. O Estado conta apenas com 51% da sua malha rodoviária considerada boa e 18% considerada entre ruim e péssima, segundo apontou o último Índice de Condição da Manutenção (ICM) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). A última vez que Minas ultrapassou esse índice de 70% de qualidade nas rodovias foi ainda em 2016.



Em Minas Gerais, situação das rodovias mantém-se abaixo da média do País, segundo Dnit FOTO: DIVULGAÇÃO / CNT

Para o vice-presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais (Setcemg), Adalcir Lopes, a situação das rodovias em Minas Gerais são precárias e temerosas. "Enquanto não houver um olhar das entidades para que sejam privatizadas as rodovias tanto federais quanto estaduais, a situação tende a piorar ainda mais. As tarifas atuais não remuneram as concessionárias, que hoje não conseguem nem fazer um recapeamento de qualidade", avaliou.

Outro fator apontado por ele que reforça esse cenário é a devolução de concessões das rodovias do Estado. "O trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, ao ser devolvido à União, certamente será entregue junto ao trecho entre Belo Horizonte e Brasília. Com isso, o Dnit não tem capital necessário para investir e quem transita nas rodovias perderá todo o apoio que tem em uma rodovia pedagiada. Mesmo com o ministro dos Transportes, Renan Filho, melhorando o orçamento para aplicação nas estradas, as rodovias que cortam Minas Gerais continuam precárias", considerou.

Esse contrato de concessão da BR-040 entre Belo Horizonte e Juiz de Fora foi assinado na semana passada e é relativo à concessão de 232,1 km da rodovia pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Ministério dos Transportes e Grupo EPR, que na data da assinatura recebeu 30 dias de prazo para iniciar as operações no trecho.

Outra rodovia apontada pelo dirigente é a BR-381, que liga Belo Horizonte a São Paulo. Segundo ele, com a tarifa no valor de R$ 2,30, não é possível e nem viável fazer a manutenção adequada da rodovia. "O piso já não está dos melhores e, com o período de chuvas se aproximando, a situação possivelmente vai piorar. Minas Gerais é o trevo do Brasil e precisamos de mais atenção às nossas estradas", reforçou.

Expectativa de melhorias - Porém, Lopes acredita que, pelo menos, alguma melhoria nas rodovias de Minas Gerais deverá acontecer em breve e ele encontra-se otimista. "Aqui em Minas, o secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Pedro Bruno Barros, prometeu pelo menos cinco licitações para melhorar as estradas do Estado. Uma que estamos aguardando é a que liga Belo Horizonte a Mariana. Estou otimista também com as intervenções entre Belo Horizonte e Caeté. Só assim para mudarmos esse cenário de calamidade que se encontram as estradas mineiras", considerou.



Lopes: tarifas não remuneram concessionárias
FOTO: ALESSANDRO CARVALHO/LIGHT PRESS

De acordo com dados do governo de Minas, o Estado tem a maior malha rodoviária do País, equivalente a cerca de 16% do somatório de rodovias estaduais, federais e municipais de toda a malha viária existente no País. No Estado, são 272.062,90 km de rodovias. Deste total, 9.205 km são de rodovias federais, 22.286 km de rodovias estaduais, e 240.571,90 km de rodovias municipais, na maioria não pavimentadas.

Quanto às características das estradas, a malha federal é quase toda pavimentada, 576,60 km não são pavimentados. A estadual se divide em 22.286 km pavimentados e 4.925,75 km não pavimentados e 316,4 km com obras de pavimentação em andamento.

> **"As tarifas atuais não remuneram concessionárias, que hoje não conseguem nem fazer recapeamento de qualidade"**
> Adalcir Lopes

SEBRAE MINAS

MPEs geram 65% dos empregos no Estado

MARCO AURÉLIO NEVES

O saldo de empregos gerado pelas micro e pequenas empresas (MPEs) em Minas Gerais, nos cinco primeiros meses de 2024, chegou a 85 mil novas vagas. Isso representa 64,9% do saldo total do Estado no período, conforme levantamento do Sebrae Minas, com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O número resulta da diferença entre 740,8 mil admissões e 655,7 mil desligamentos registrados no ano.

O resultado representa uma queda de 2,12% em comparação com o mesmo período do ano passado. O restante da criação de novos postos trabalho do Estado, 35,1%, ficou a cargo das empresas de médio e grande portes, que registraram saldo de 45,9 mil novas vagas.

O economista e analista de dados do Sebrae Minas, Marcílio Duarte, afirma que o cenário é um ajuste do setor na geração de empregos, consequência da dinâmica da taxa de juros (Selic) operada pelo Banco Central (BC), que aqueceu a economia no primeiro trimestre, ao ponto que desestimula o crescimento econômico neste momento (leia a análise completo ao final do texto).

As MPEs do setor de serviços foram as que apresentaram o melhor saldo, com 40,7 mil novas vagas, seguidas pelas micro e pequenas empresas da agropecuária, que geraram 17,2 mil novos postos de trabalho. Porém, o desempenho das MPEs do setor de serviços é 5,25% menor na comparação com o mesmo período do ano anterior. Todos os outros setores registraram saldo positivo na geração de empregos das micro e pequenas empresas: construção civil (13,6 mil); indústria de transformação (10,9mil); comércio (1,8 mil) e indústria extrativa mineral (519).

Com o resultado, Minas Gerais foi o segundo estado do País com o maior saldo de empregos gerado pelas micro e pequenas empresas nos primeiros cinco meses do ano. Ainda segundo levantamento do Sebrae Minas, as regiões Central e do Vale do Jequitinhonha e Mucuri apresentaram o melhor e o pior resultados na geração de trabalho pelas MPEs, nos primeiros cinco meses de 2024, respectivamente. Entre municípios, Belo Horizonte obteve melhor resultado, com saldo de 12,9 mil novas vagas, enquanto Barão de Cocais, na região Central, foi a cidade com pior resultado, com saldo negativo de 290 postos de trabalho.

Taxa de juros alterou dinâmica - Marcílio Duarte afirma que a queda no saldo de empregos das MPEs, na comparação ano a ano, não representa um cenário negativo, mas de um movimento comum e natural da economia."Se for pegar a média dos últimos três anos, de 85,5 mil empregos, ainda está acima da média", disse.

Ele aponta uma atividade econômica muito aquecida no primeiro trimestre, proporcionada pelo início do ciclo de cortes da Selic pelo BC. "Isso impulsionou um pouco a geração de empregos no primeiro trimestre do ano", comenta. Os meses de abril e maio foram momentos em que o mercado de trabalho começou a se ajustar. "É basicamente o mercado voltando para o Estado e que deveria estar, porque o que foi fora do comum, na verdade, foi o movimento desde o início do ano", completa.

Com o fim dos cortes na taxa de juros sendo anunciado pelo BC, o micro e pequeno empresário começou ter uma expectativa mais restritiva de acesso ao crédito e de investimentos, o que diminuiu o ritmo de contratações.

A manutenção da Selic ainda em um patamar alto continuará desacelerando o ritmo da geração de empregos das MPEs, mas Duarte não descarta uma surpresa nos próximos meses. "Talvez em julho vamos ver resultado diferente, porque inicia outro semestre também, e agora já vemos movimentos diferentes no dólar. O próximo dado que o Caged liberar talvez ainda indique desaceleração das micro e pequenas empresas, das médias e grandes empresas também, mas talvez a gente veja uma surpresa na economia", finaliza.

ECONOMIA PARA TODOS



GUILHERME ALMEIDA

Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG.

Juros: o mensageiro da economia

O presidente da República frequentemente tece críticas ao Banco Central por causa da elevada taxa de juros, considerada um obstáculo ao crescimento econômico. No entanto, os juros refletem as condições econômicas do País, sendo uma ferramenta usada pela autoridade monetária para controlar a inflação, estabilizar a moeda e regular a atividade econômica.

É fato que juros altos encarecem o crédito, dificultando investimentos e consumo. Isso reduz a capacidade de expansão dos negócios e a compra de bens duráveis. Além disso, o custo da dívida pública aumenta, pois o governo paga mais juros sobre os títulos emitidos, comprometendo o orçamento e reduzindo o investimento em áreas essenciais. Juros elevados também atraem capital especulativo, gerando volatilidade no mercado sem necessariamente contribuir para o investimento produtivo de longo prazo.

Porém, há uma confusão comum entre a Selic e os juros de mercado. Apenas uma pequena parcela do crédito está indexada à Selic; a maioria está vinculada aos juros de mercado, formados pelas interações entre agentes econômicos e suas percepções de risco. A Selic, fixada pelo BC, se aplica a operações de curtíssimo prazo, enquanto os juros para períodos mais longos são determinados pelo mercado e influenciados pelo cenário macroeconômico.

Forçar uma queda na Selic sem políticas fiscais e monetárias credíveis resulta no efeito oposto: os juros de mercado, de médio e longo prazos, sobem. Em 2011, por exemplo, a redução da Selic de 12% para 7,25% desacelerou o crescimento do crédito. Posteriormente, os juros subiram para 14%, e o crédito desacelerou ainda mais. Para que a redução da Selic seja eficaz, é necessária credibilidade e consistência nas políticas.

Há tempos o Brasil vem lutando contra a inflação, fruto de uma série de políticas fiscais desajustadas e choques de oferta. O alto endividamento do governo aumenta o risco percebido pelos investidores, exigindo prêmios mais altos e resultando em juros maiores. Instabilidade política e incerteza econômica, alimentadas por crises institucionais e políticas inconsistentes, aumentam o risco-país e, mais uma vez, as taxas de juros. A baixa produtividade da economia também limita o crescimento, exigindo políticas monetárias mais restritivas para evitar superaquecimento e inflação.

Problemas estruturais também contribuem para os juros altos. A complexidade do sistema tributário desincentiva investimentos e aumenta os custos operacionais. A falta de investimentos em infraestrutura reduz a eficiência logística. A baixa qualidade da educação e a falta de qualificação da força de trabalho restringem a produtividade e a inovação, essenciais para o crescimento sustentável e a redução das taxas de juros a longo prazo.

Os juros altos no Brasil são um reflexo de problemas econômicos estruturais e conjunturais. Criticá-los isoladamente é ignorar a complexidade de suas causas. Para reduzir as taxas de juros de forma sustentável, o Brasil precisa de um compromisso contínuo com reformas. %

Conta de luz impacta a inflação de junho na RMBH

% CONJUNTURA IPCA avançou 0,46% na região no último mês e acumula alta de 3,63% no primeiro semestre, aponta o IBGE

THYAGO HENRIQUE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) subiu 0,46% em junho, pressionado pelos gastos com habitação, sobretudo com energia elétrica residencial. O item encareceu 5,98% devido ao reajuste médio de 6,76% nas tarifas da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), aplicado a partir do dia 28 de maio.



Energia elétrica e o botijão de gás estão entre os itens que impulsionaram a inflação da Grande BH em junho FOTO: SIDNEYDEALMEIDA / STOCK.ADOBE.COM

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o resultado de junho, o indicador no primeiro semestre deste ano alcançou o percentual de 3,63%, o terceiro maior índice entre as 16 áreas de abrangência da pesquisa. No acumulado dos últimos 12 meses, de acordo com o IBGE, o IPCA para a região chegou a 5,23%, o maior valor entre os locais pesquisados.

Segundo o instituto, a alta de 2,70% observada no gás de botijão também pressionou os preços do grupo habitacional em junho, que subiram 2,18%, impactando a inflação da Grande BH. O índice para a região representou o segundo maior resultado entre as 16 áreas pesquisadas pela entidade e ficou acima da média nacional, de 0,21%.

Os outros grupos que exerceram pressões sobre o indicador foram: saúde e cuidados pessoais (0,55%); despesas pessoais (0,51%); alimentação e bebidas (0,47%); comunicação (0,25%); educação (0,10%); vestuário (0,06%).

Economista e colunista do Diário do Comércio, Guilherme Almeida pondera que, mesmo não apresentando a principal variação positiva, os alimentos e bebidas merecem destaque, já que exercem forte impacto no orçamento familiar. Ele diz que o aumento de preços, neste caso, foi impactado por elevações tanto da alimentação dentro do domicílio quanto fora da residência.

Sobre a alimentação no domicílio, ou seja, as compras da população em supermercados e hortifrútis, o especialista explica que houve o encarecimento de alguns produtos em razão de questões climáticas e de oferta. São exemplos: manga (16,63%) e a batata-inglesa (11,04%).

> **"Os postos de combustíveis já repassaram isso para o preço (reajuste anunciado pela Petrobras para as distribuidoras) e isso tem um impacto inflacionário relevante"**
>
> Guilherme Almeida

Quanto à alimentação fora da residência, feita em restaurantes e lanchonetes, ele atribui o aumento ao momento aquecido do mercado de trabalho, com salários de admissão mais elevados e reajustes acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). "Tudo isso impacta no custo da mão de obra e naturalmente o estabelecimento acaba repassando para os preços", afirma.

Deflações - Por outro lado, dois grupos ajudaram a segurar a inflação da Região Metropolitana de Belo Horizonte no mês passado. O primeiro foi transportes, com deflação de 0,40%, provocada, principalmente, por uma queda no custo das passagens aéreas, de 14,38%. Já o segundo foi artigos de residência, com recuo de 0,15%, conforme o levantamento do IBGE.

Almeida ressalta que, provavelmente no indicador de julho, não será mais observado uma redução dos preços no grupo de transportes, pelo contrário, deverá ser registrado um encarecimento, em razão do reajuste dos combustíveis. Na segunda-feira (8), a Petrobras elevou em 7,12% (R$ 0,20) o preço do litro da gasolina aditivada vendido para as distribuidoras.

"Os postos de combustíveis já repassaram isso para o preço (na bomba, pago pelo consumidor final) e isso tem um impacto inflacionário relevante, e o grupo de transportes é mais um que pesa no orçamento das famílias. Nós teremos esse impacto futuro já esperado", observa o economista. %

Com alta de 0,21%, IPCA perdeu força no País

São Paulo - A inflação perdeu força no Brasil em junho e ficou abaixo do esperado com pressões menos intensas nos preços de alimentação e de serviços, embora a taxa em 12 meses tenha superado 4%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,21% em junho, depois de um avanço de 0,46% em maio, em resultado que ficou aquém da expectativa em pesquisa da Reuters de alta de 0,32%.

Os dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram ainda que o IPCA passou a acumular nos 12 meses até junho alta de 4,23%, de 3,93% em maio.

A expectativa para este dado era de 4,35% e, ainda que abaixo do esperado, voltou a ficar acima de 4% depois de três meses.

O centro da meta para a inflação, medida pelo IPCA, é de 3,0% este ano, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

O maior peso em junho partiu do grupo de Alimentação e bebidas, que entretanto desacelerou a alta a 0,44% em junho, de 0,62% em maio.

Na alimentação no domicílio, os preços subiram 0,47%, de 0,66% no mês, com quedas de preços em cenoura (-9,47%), cebola (-7,49%) e frutas (-2,62%). Na outra ponta, subiram os custos de batata inglesa (14,49%), leite longa vida (7,43%) e arroz (2,25%).

O grupo com maior variação foi o de Saúde e cuidados pessoais, com avanço 0,54%, mas também mostrando arrefecimento sobre a taxa de 0,69% de maio. A influência partiu dos aumentos de 1,69% de perfumes e de 0,37% dos planos de saúde.

"Neste caso, decorre do reajuste de até 6,91% autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) em 4 de junho, com vigência a partir de maio de 2024 e cujo ciclo se encerra em abril de 2025. Assim, no IPCA de junho, foram apropriadas as frações mensais relativas aos meses de maio e junho", explicou o gerente da pesquisa, André Almeida.

Já a inflação de serviços mostrou forte alívio ao passar a uma variação positiva de apenas 0,04%, depois de subir 0,40% em maio, resultado influenciado pela queda de 9,88% das passagens aéreas. Em 12 meses os serviços acumulam alta de 4,49%, ainda acima do índice geral.

O índice de difusão, que mostra o espalhamento das variações de preços, teve em junho queda a 52%, contra 57% em maio.

"No próximo mês, os preços administrados ganharão relevância. Por um lado, houve acionamento da bandeira tarifária de energia amarela, por outro, a Enel sofreu reajuste negativo. Além disso..., foram anunciados reajustes de combustíveis. Todos esses movimentos devem ter seu impacto concentrado em julho", destacou o Bradesco em nota.

O Banco Central vem mostrando preocupação com a desancoragem das expectativas de inflação, tendo interrompido o ciclo de afrouxamento monetário ao manter no mês passado a taxa básica de juros Selic em 10,5%.

A desvalorização do real ante o dólar agora deve se somar às preocupações com a inflação de serviços, em meio a um mercado de trabalho aquecido.

"Elevamos nossa projeção (para o IPCA no ano) de 4,1% para 4,3%... o aumento da desancoragem das expectativas, os riscos fiscais e a desvalorização da moeda continuam no radar", disse Igor Cadilhac, economista do PicPay.

A mais recente pesquisa Focus divulgada pelo BC mostra que o mercado projeta alta do IPCA de 4,02% este ano, indo a 3,88% em 2025. **(Reuters)** %



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 08.343.492/0001-20 - NIRE 31.300.023.907
Companhia Aberta

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 2024

A Reunião do Conselho de Administração da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), instalada com a presença dos seus membros abaixo assinados, independentemente de convocação, presidida pelo Sr. **Rubens Menin Teixeira de Souza** e secretariada pela **Sra. Fernanda de Mattos Paixão**, realizou-se às 09:00 horas, do dia 25 de junho de 2024, na sede social da Companhia, na Avenida Professor Mário Werneck, 621, 1º andar, bairro Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Em conformidade com a **Ordem do Dia**, as seguintes deliberações foram tomadas: **Itens de aprovação: I. Eleição de membro de Comitês** – O Conselho aprovou, por unanimidade, a eleição do Sr. Nicola Calicchio Neto como membro do Comitê Financeiro e do Comitê de Governança, Riscos, Compliance e Privacidade, nos termos dos §2º e §3º do Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia, para um mandato até 09/04/2026. Sendo assim, a composição dos respectivos comitês passa a ser realizada conforme segue:

COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLIANCE
Paulo Sergio Kakinoff
Betania Tanure de Barros
Eduardo Fischer Teixeira de Souza
Junia Maria de Sousa Lima Galvão
Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia
Nicola Calicchio Neto

COMITÊ FINANCEIRO
Antônio Kandir
Leonardo Guimarães Corrêa
Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza
Ricardo Paixão Pinto Rodrigues
Rubens Menin Teixeira de Souza
Eduardo Fischer Teixeira de Souza
Nicola Calicchio Neto

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se o presente termo que, lido e achado conforme, foi assinado pelos presentes. Belo Horizonte, 25 de junho de 2024. Mesa: Presidente: **Rubens Menin Teixeira de Souza**; e Secretária: **Fernanda de Mattos Paixão.** Membros do Conselho de Administração presentes: **Rubens Menin Teixeira de Souza; Maria Fernanda N. Menin T. de Souza Maia; Betania Tanure de Barros; Antonio Kandir; Sílvio Romero de Lemos Meira; Paulo Sérgio Kakinoff e Leonardo Guimarães Correa**. *Declara-se, para os devidos fins, que há uma cópia fiel e autêntica arquivada e assinada pelos presentes no livro próprio.*Confere com o original:**Fernanda de Mattos Paixão** Secretária da Mesa. Junta Comercial do Estado de Minas GeraisCertifico o registro sob o nº 11824880 em 09/07/2024 da Empresa MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A., Nire 31300023907 e protocolo 244178216 - 08/07/2024. Efeitos do registro: 25/06/2024. Autenticação: D68946FB4125F4EAB5197C10CAE8886C6E17756D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/417.821-6 e o código de segurança DCM8 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 10/07/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Hidrelétricas podem reduzir custo energético, aponta Fiemg

SETOR ELÉTRICO Levantamento da entidade aponta que a troca de sistemas, como as termelétricas, por essas usinas deve gerar uma economia de R$ 28,7 bilhões anualmente no País

JULIANA SODRÉ

Desde o início do mês, a conta de luz teve um aumento de R$ 1,88 a cada 100 kWh consumidos, devido à bandeira tarifária amarela anunciada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O aumento é justificado pela previsão de chuvas abaixo da média e pelo aumento do consumo de energia. Entretanto, para o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, a bandeira amarela sinaliza que estamos ligando as nossas termelétricas, o que, na avaliação da instituição, é um sistema mais caro e mais poluente.

De acordo com um estudo da Fiemg, se as fontes de energia não renováveis fossem substituídas pelas hidrelétricas, haveria uma queda de 19,3% no custo total com energia no País, resultando em uma economia de R$ 28,7 bilhões por ano e um crescimento de 0,9% no Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Para Roscoe, a bandeira amarela é uma sinalização do setor elétrico sobre a piora nas condições hidrológicas. "Esse aumento poderia ser evitado caso não tivéssemos paralisado o investimento em hidrelétricas com reservatórios", afirma. Para ele, o impacto previsto de 2,6% na tarifa desafia o desempenho do setor industrial.

O estudo apresentado pela Federação mostra que, ao longo das últimas décadas, o percentual de energia limpa gerada no Brasil tem diminuído, "apesar do crescimento da geração de energia proveniente de fontes eólica e solar", explica o responsável pelo estudo e consultor do mercado de energia da Fiemg, Sérgio Pataca.

Houve uma queda expressiva no percentual de utilização da matriz elétrica brasileira considerada limpa. Enquanto na década de 1990 o percentual de energia limpa era de 97,6%, em 2022 caiu para 89%. De acordo com Pataca, isso aconteceu em função do aumento do uso da energia eólica e solar e da redução da utilização das hidrelétricas, que passou de 96% para 64% no período.

Intermitência - Ele explica que a intermitência das energias eólica e solar faz com que haja a necessidade de produção de energia de base, que tem migrado da hidrelétrica para as termelétricas. "A geração de energia eólica chega a variar 73% ao longo do dia. Ao meio-dia, a energia solar contribui com 25% do total da geração de energia, mas essa participação cai para 0% ao anoitecer", exemplifica.

Dessa forma, para atender à variação da energia solar e eólica há duas maneiras: pelas hidrelétricas, consideradas limpas, ou pelas termelétricas, consideradas sujas e mais caras. "As hidrelétricas foram muito demonizadas há alguns anos, e o uso delas foi desestimulado, o que piorou com a questão do estouro das barragens de mineração. Apesar de não ter relação, conseguir uma licença para uma hidrelétrica hoje demora entre cinco e dez anos; antigamente se conseguia em dois anos", pontuou Pataca.



Usinas hidrelétricas podem garantir o atendimento da demanda em conjunto com outras fontes renováveis, como a fotovoltaica FOTO: DIVULGAÇÃO / CEMIG

Emissão de CO_2 cresce 360% desde 1995 com usinas térmicas

Ao utilizar fontes não renováveis, há uma elevação nos custos de produção, aponta estudo realizado pela Fiemg. Enquanto o custo médio da produção de energia nas hidrelétricas é de R$ 193/MWh, nas termelétricas chega a R$ 442. "Estamos pagando mais caro via preço e via poluição", alerta o consultor do mercado de energia da entidade, Sérgio Pataca.

Isso porque, além de mais cara, a energia fornecida pelas termelétricas é mais poluente. Entre os anos de 1995 e 2022, período em que se aumentou a participação das termelétricas no País, as emissões diretas de CO_2 provenientes da geração de energia elétrica foram ampliadas em 360%, comparadas com o período de 1970 a 1994.

Durante o período de 1970 a 2022, as usinas hidrelétricas responderam por 78% da produção total de energia elétrica, mas contribuíram com apenas 20% das emissões totais de gases de efeito estufa (GEE) do setor de energia elétrica. Em contrapartida, as termelétricas, que representaram apenas 18% da geração de energia elétrica, foram responsáveis por 79% das emissões de GEE no mesmo período.

Considerando as últimas emissões de gases de efeito estufa do setor industrial em 2022 e as informações de geração de energia elétrica desse mesmo ano, as termelétricas geraram o correspondente a 57% do total de toda a emissão de gases de efeito estufa da indústria brasileira.

"Não é uma questão de parar o incentivo à energia intermitente; a gente incentiva muito a eólica, a biomassa, a solar, o hidrogênio verde, mas as hidrelétricas precisam ser a base da produção para a estabilização do sistema neste momento. Por agora, a gente acredita que somente elas conseguem fazer a base do sistema para alcançar a emissão zero de carbono no setor elétrico", finalizou. **(JS)**



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

FEIRA

Expo Usipa deve movimentar R$ 100 milhões

RODRIGO MOINHOS

A Expo Usipa, em Ipatinga, no Vale do Aço, deve gerar aproximadamente R$ 100 milhões em negócios na edição deste ano. O evento, que chega à sua 34ª edição, acontece entre 17 e 19 de julho na Associação Esportiva e Recreativa Usipa.

O montante estimado pelos organizadores deve ser atingido no médio prazo, após as reuniões de negócios. Neste ano, deverão acontecer 1.500 encontros, envolvendo 12 empresas demandantes e seus compradores, que se reunirão individualmente com os expositores da área industrial.

A feira contará com a participação de 124 empresas da região do Vale do Aço. Além disso, 185 empresas de fora da região também marcam presença, incluindo representantes de outras cidades de Minas Gerais, diversos estados brasileiros e até mesmo do exterior, como Portugal e Estados Unidos, em um total de 380 estandes.

De acordo com o presidente da Usipa e diretor de Segurança do Trabalho e Meio Ambiente da Usiminas, Lucas Lima Mesquita, a expectativa é que passem pelo evento cerca de 30 mil pessoas. "A Expo Usipa é um momento para os expositores entrarem em contato com empresas e aumentarem a capilaridade com as pessoas que estarão no local.", afirmou ele.

Ainda segundo Mesquita, nas reuniões de negócios da Expo Usipa, empresas de grande porte irão buscar novos fornecedores e os expositores ampliarão as chances de realização de bons negócios. "Em alguns casos os acordos comerciais são consumados ainda durante a feira, no decorrer das conversas, e esses negócios vão gerando outros no decorrer do ano, uma vez que os expositores vão participando de ações promovidas pelas empresas", considerou.

No rol das empresas participantes constam a Aperam South America, ArcelorMittal João Monlevade, ArcelorMittal Pecém, Bemisa, Braskem, Gerdau, Ternium, Usiminas, Vale, VLI e Vallourec. "Teremos também a Cenibra, que demanda um cinturão de empresas para ofertar produtos e serviços. Esse cinturão formando no entorno das empresas acaba atraindo mais pessoas para região com o objetivo de prestar serviços", explicou.

No total, segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2020), a Região Metropolitana do Vale do Aço (RMVA) conta com 501.636 habitantes, tendo Ipatinga (265.409) o maior peso demográfico, seguida por Coronel Fabriciano (110.290), Timóteo (90.568) e Santana do Paraíso (35.369).

Entretanto, o presidente da Usipa destacou que um dos maiores gargalos para as empresas da região é a BR-381, que devido às condições, em muitas ocasiões são gastas cerca de cinco horas para percorrer o trajeto entre Ipatinga e Belo Horizonte. "Outro grande desafio para o setor industrial da região é a perspectiva de sustentabilidade, uma vez que os bairros foram pensados no entorno das empresas e, hoje, temos que pensar em como minimizar os incômodos que são gerados para a comunidade", avaliou.

IBGE aponta alta do custo em Minas Gerais

CONSTRUÇÃO Valor médio teve crescimento de 0,28% em junho frente a maio, impulsionado pelo aumento dos preços dos materiais

MARCO AURÉLIO NEVES

O custo médio da construção em Minas Gerais aumentou 0,28% em junho na comparação com o mês anterior, segundo dados do Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com a Caixa Economia Federal. O valor médio alcançou R$ 1.653,42 por metro quadrado (m²). O resultado foi impulsionado pelo aumento dos preços dos materiais.

Por outro lado, na comparação com o mesmo período do ano passado, o valor médio para construir em Minas Gerais subiu 1,8%, segundo o instituto. Naquele mês, o custo por metro quadrado construído estava em R$ 1.624,08.

Entre os componentes que compõem o índice do IBGE, o material atingiu R$ 974,60/m² em junho. O montante representa uma alta de 0,47% na comparação com o mês imediatamente anterior, quando somou R$ 970,03/m². Porém, em relação ao mesmo intervalo do ano passado (R$ 977,64), foi apurada queda de 0,31%.

Já o valor médio da mão de obra/m² de construção apresentou estabilidade ante maio e se manteve em R$ 678,82. Em relação ao mesmo intervalo de 2023 (R$ 646,44), o valor obteve alta expressiva de 5%.

No acumulado do ano, o custo para construir no Estado apresentou alta de 2,58%. Já nos últimos doze meses, a variação positiva foi de 1,82%.

Abaixo da média nacional - O valor médio para construir em Minas ficou abaixo da média nacional, que apresentou variação de 0,56% no sexto mês de 2024. Com isso, o acumulado do Sinapi no Estado nos últimos 12 meses é de 1,82%.

O custo nacional da construção/m² aumentou em relação a maio, quando foi de R$ 1.739,26, e chegou a R$ 1.748,99 em junho, dos quais R$ 1.006,25 foram relativos aos materiais e R$ 742,44 à mão de obra.

Com o fim do primeiro semestre do ano, o aumento acumulado em 2024 no Brasil ficou em 1,56%. Nos últimos 12 meses, por sua vez, a alta foi ainda maior, de 2,49%.

Custo maior - Além de Minas Gerais, todos os estados da região Sudeste do País apresentaram taxas positivas em junho. São Paulo (1,27%) obteve a maior alta, enquanto Rio de Janeiro (0,30%) e Espírito Santo (0,20%) apresentaram taxas similares ao Estado.

Rondônia (4,44%) foi o estado que registrou a maior taxa no mês, seguido do Mato Grosso do Sul (2,14%) e de Goiás (1,79%).

"Valor médio alcançou R$ 1.653,42 por metro quadrado, segundo dados do Sinapi, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)"



Valor médio para construir em Minas, porém, ficou abaixo da média nacional, que teve variação de 0,56% no sexto mês de 2024 FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALISSON J. SILVA / ARQUIVO

MRV&Co tem vendas recordes de R$ 2,5 bi na incorporação no 2º trimestre

São Paulo - O segmento de incorporação do grupo MRV&Co registrou uma expansão de 14% nas vendas líquidas do segundo trimestre na comparação com mesmo período do ano passado, para um volume recorde de R$ 2,5 bilhões, conforme prévia operacional da companhia divulgada ontem.

O segmento, que inclui as marcas MRV e Sensia, teve alta tanto no volume de vendas no trimestre encerrado em junho (+2,8% na base anual), para 10,1 mil unidades, quanto de lançamentos (+73% ano a ano) no mesmo período, para 9 mil unidades. O valor médio de cada unidade vendida foi de R$ 251 mil, crescimento de 10,9% sobre um ano antes.

Para o diretor financeiro da MRV&Co, Ricardo Paixão, o resultado do segundo trimestre reforça a confiança da empresa em cumprir com as projeções estabelecidas neste ano.

A MRV&Co, que contempla, além da incorporação, as marcas Urba, Luggo e Resia, projetou lucro líquido de até R$ 290 milhões em 2024 para sua unidade MRV Incorporação. "A taxa de absorção dos produtos que a gente tem colocado para o mercado tem sido altíssima. Isso nos traz muita confiança de que a gente está no caminho correto para poder alcançar o nosso *guidance*, disse o executivo à Reuters.

A geração de caixa ajustada nos meses de abril a junho foi de R$ 9,2 milhões na incorporação, contra consumo de R$ 161,5 milhões no mesmo período do ano passado.

Segundo o CFO, o impulso no setor do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, aliado a outros programas de subsídios a moradia adicionais, ainda não chegou ao seu "platô". "Vai continuar subindo", afirmou. E continuou: "Os Estados entenderam que essa política pública de habitação onde eles financiam parte imóvel é muito mais efetiva. Então, acho que essa deve ser a pegada que a gente vai continuar vendo daqui para frente."

Ele também observa que o cliente MCMV, responsável pela compra de 85% dos imóveis vendidos da MRV, não será diretamente impactado pela interrupção no ciclo de queda da Selic, já que o programa conta com taxas de juros especiais aos beneficiários. "A taxa de juros dele (cliente MCMV) é independente da taxa de juros de mercado", finalizou. **(Reuters)**



EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Comarca De Uberlândia - MG – Secretaria Da 2ª Vara Cível. Edital Com Prazo De Vinte (20) Dias. O Dr. Carlos José Cordeiro Mm. Juiz de Direito na Secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia, na forma da Lei, etc. Faz Saber a todos quantos o presente Edital de Citação virem e dele conhecimento tiverem que perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia, corre uma ação Monitória, registrada sob o nº 5050283-64.2022.8.13.0702 requerida por Banco Itau Unibanco S/A - CNPJ: 60.701.190/0001-0 em face de Rute Pereira Rotelli - CPF: 139.291.946-00 e Rotelli Comercio E Vestuario Eireli - CNPJ: 27.943.785/0001-92.A empresa Requerida, como titular da conta corrente nº 82000-5,junto a agência 3166,do Banco Autor (doc.–Proposta de Abertura de Conta Corrente) (operação nº 11173 -000316600820005)obrigou-se a manter fundos disponíveis para acolher depósitos, retiradas e débitos. Entretanto, a conta corrente sofreu inúmeras retiradas e débitos acolhidos pelo Requerente, sem a existência de fundos suficientes, gerando um saldo descoberto no montante de R$ 22.766,13(vinte e dois mil, setecentos e sessenta e seis reais e treze centavos). No entanto, apesar de seus esforços, o saldo da conta corrente nunca foi recomposto pelas Requeridas.E como as requeridas não foram encontradas para receber a citação, determinou o MM. Juiz que se expedisse o presente edital através do qual CITA e chama as requeridas Rute Pereira Rotelli - CPF: 139.291.946-00 e Rotelli Comercio E Vestuario Eireli - CNPJ: 27.943.785/0001-92 para, no prazo de quinze (15) dias Pagar Em Juízo a quantia reclamada de R$ 22.766,13 podendo no mesmo prazo, caso queira, independente de prévia segurança do Juízo, oferecer embargos que, recebidos, suspenderão a eficiência da determinação anterior e serão processados nos mesmos autos, pelo procedimento ordinário. Caso não o faça, constituir-se-á de pleno direito o título em mandado executivo. Se efetuar o pagamento no prazo supra estipulado, ficará isento de custas processuais e honorários advocatícios (art. 701, § 2º do CPC). Observe-se que os prazos fluem após o prazo do edital. Para conhecimento de todos, especialmente do(a,s) interessado(a,s), expediu-se o presente edital que será publicado uma vez no "Diário do Judiciário" e duas vezes em jornal local de grande circulação. Uberlândia, 21 de junho de 2024. Eu, (a)(Juliana Alves Fernandes), Oficial Judiciário, o digitei, subscrevo.(a) Dr. Carlos José Cordeiro.Juiz de Direito Titular K-11e12/07

EDITAL DE CITAÇÃO 0014672-90.2012.8.13.0313 – 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE IPATINGA – EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: 20 DIAS. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por este juízo e Secretaria, tramita o processo nº 0014672-90.2012.8.13.0313 Ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL que Banco do Brasil S/A, CNPj 00.000.000/0001-91, com sede no Setor Bancário Sul, quadra 04, bloco C, lote 32, Edifício Sede III, em Brasília-DF, interpôs contra Euzer Agatangelo de Oliveira Coelho, CPF nº 526.828.896-20, antes residente à rua Alfredo Feitosa 158, Apto 2,Cidade Nobre, lpatinga/MG, atualmente, em lugar incerto e não sabido, e, por este meio, CITA o réu Euzer Agatangelo de Oliveira Coelho, portador do CPF nº 526.828.896-20 para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da quantia de R$ 82.070,49 (oitenta e dois mil setenta reais e quarenta e nove centavos) referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogado do autor e custas iniciais. Se não for efetuado o pagamento no prazo designado, poderão ser adotadas medidas judiciais de constrição. Fica a parte acima ciente de que, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá oferecer embargos à execução no prazo legal de 15 (quinze) dias. Cientifique-se a parte devedora de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês (CPC, artigo 916). Advirta-se outrossim, de que em caso de revelia, será nomeado curador especial, nos termos do art 257, IV, do CPC. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Ipatinga, Zelione Cristina de Carvalho Marques, Gerente de Secretaria, por ordem da MMª Juíza Patricia de Santana Napoleão. (gg) Procurador: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB MG107878. K-11/07

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES
UBERABA-MG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90008/2024

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL QUÍMICO PARA ATENDER DIVERSOS SETORES DA UFTM. Cadastro das propostas de preços: a partir da publicação do Edital no D.O.U., no dia 10/07/2024. Abertura da sessão de lances: às 08 HORAS E 30 MIN do dia 22/07/2024 no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações: (34) 3700-6078. Fornecimento do Edital: através dos sites www.comprasgovernamentais.gov.br, www.uftm.edu.br e do e-mail samia.carvalho@uftm.edu.br.

SAMIA SOUZA CARVALHO
Pregoeira da UFTM

Monteverde Investimentos Assessores de Investimento Ltda.
CNPJ/ME nº 17.303.099/0001-01
Edital de Convocação
Ficam convocados os sócios a se reunirem na sede da Sociedade, em 18 /07/ 2024, às 17h00, em 1ª convocação, e em 18/07/2024, às 17h30, em 2ª convocação, a fim de deliberarem, especialmente, sobre: **(a)** proposta de exclusão por justa causa do sócio **Caio Augusto Cazuza Veronesi**, nos termos do Artigo 1.085 do Código Civil e da Cláusula 17ª, § 1º do Contrato Social. A proposta de exclusão por justa causa de referido sócio tem por base (i) o descumprimento da Obrigação de Não Solicitação(conforme termo definido na Cláusula 7.2 do Acordo de Sócios); e (ii) a prática de ato torpe, fraude, improbidade, conduta antiética e de ato que coloque em risco a reputação e/ou o desenvolvimento das atividades da Sociedade; e **(b)** alteração do Contrato Social da Sociedade para refletir as alterações necessárias em decorrência de eventual aprovação da matéria objeto do item (a) desta ordem do dia. Todos os documentos pertinentes que embasam a proposta de exclusão encontram-se disponíveis na sede da Sociedade. A presente convocação e a notificação extrajudicial encaminhada ao endereço do referido sócio em 02/07/2024 são realizadas de modo a dar ciência, em tempo hábil, para permitir o seu comparecimento e o exercício do seu direito de defesa. A Administração. (09, 10 e 11/07/2024)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 155/2024. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de material médico-hospitalar (gaze, bandagem, compressa, creme, etc.) para tratamento de feridas. Julgamento: MENOR PREÇO. **O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 12/07/2024, nos sites**: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 25/07/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 156/2024. Objeto: Aquisição de pilhas, baterias e cadeados. Julgamento: **MENOR PREÇO**. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 12/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 25/07/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 157/2024. Objeto: Aquisição de roçadeira. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 15/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 29/07/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 158/2024. Objeto: Aquisição de equipamento (aparelho de laserterapia). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 12/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 25/07/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 164/2024. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de material de consumo (papel crepado). Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 12/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 25/07/2024 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 165/2024. Objeto: Aquisição de colar elizabetano. Julgamento: MENOR PREÇO. O edital e seus anexos estão disponíveis a partir de 12/07/2024, nos sites: **www.itauna.mg.gov.br, https://www.gov.br/compras/pt-br** e PNCP. Data abertura: 25/07/2024 às 8h30.

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LEILÃO DE IMÓVEIS MGI Nº. 07/2024
MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A. – CNPJ/MF: 19.296.342/0001-29 – torna público a retificação do Edital de Leilão de Imóveis MGI nº. 07/2024, foram alteradas as descrições nos itens 19 e 35 e foram excluídos os itens 20 e 25. O restante do Edital permanece inalterado.

WELLINGTON SILVA. LEILOEIRO OFICIAL faz saber que levará a leilão simultâneo dia 02/08/2024 a partir de 10 hs na Câmara Municipal de Crucilândia e no site www.wsleiloes.com.br os bens inservíveis ao município de Crucilândia/MG. Leilão 003/2024. Inf: (31) 9 9728-3092.

ITATIAIA ELETRO E MÓVEIS S.A.
CNPJ/MF Nº 25.331.521/0001-52 - NIRE Nº 3130004740-7
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Itatiaia Eletro e Móveis S.A. - CNPJ(MF): 25.331.521/0001-52 – Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária. Ficam os senhores acionistas da Itatiaia Eletro e Móveis S.A, convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária por videoconferência, que se realizará no dia 19 de julho de 2024, às 14h00, para deliberarem sobre o seguinte assunto: (a) Autorização de constituição de garantia de cessão fiduciária de fundo de liquidez em aplicação financeira com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A; Link de acesso a reunião: https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MmY0NGEyNTQtMmIyMS00Mzk4LWFkY2EtMTRmZjA2MTM2Y2Yx%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22ac3b8125-4d9e-4214-b953-c266a05bb6c1%22%2c%22Oid%22%3a%228ec92917-8546-402b-a3ab-42f2d90312a8%22%7d
Victor Penna Costa – Diretor Presidente

Agrícola Helena Ricci Produtora de Café Ltda.
CNPJ/ME nº 26.102.813/0001-86 – NIRE 31.211.035.748
Edital de Convocação para Reunião Ordinária de Sócios
Ficam convocados os sócios da **Agrícola Helena Ricci Produtora de Café Ltda.** ("Sociedade") a reunirem-se em Reunião Ordinária de Sócios, a ser realizada de forma remota, virtualmente, através do envio prévio de *link* para acesso aos sócios e/ou seus representantes, **às 09 horas do dia 09 de agosto de 2024**, para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; b) Deliberar a respeito da destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Aviso aos Sócios: Os sócios podem ser representados na Reunião ora convocada na forma do § 1º do artigo 1074 do Código Civil Brasileiro, qual seja, por outro sócio ou por advogado mediante outorga de instrumento específico, que deverá ser apresentado no ato da abertura da reunião. Disponibilização de documentos contábeis: Os administradores ressaltam que os documentos referidos no inciso I do art. 1.078 do Código Civil (a saber, balanço patrimonial e o de resultado econômico) encontram-se à disposição dos sócios, em observância ao § 1º do art. 1.078 do Código Civil. Monte Carmelo-MG, 04 de julho de 2024. **Marcos VInicius Martins Batista** – Administrador; **Darlene Pingnatti Ricci –** Sócia Administradora. (09, 10 e 11/07/2024)

SOCIEDADE INDEPENDÊNCIA IMÓVEIS S.A.
CNPJ/MF nº 05.217.061/0001-29 - NIRE 31.3.0002215-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam convocados os Srs. acionistas da **Sociedade Independência Imóveis S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 18 de julho de 2024, às 14:00 horas em primeira convocação e às 14:30 horas em segunda convocação, no edifício da sede da Companhia, localizada na Avenida Independência, n° 3600, Bairro Cascatinha, Juiz de Fora, Minas Gerais, CEP: 36.025-290, para deliberar acerca das seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2022 e a distribuição de dividendos; (ii) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023 e a distribuição de dividendos; (iii) aprovar o orçamento do ano de 2023; (iv) aprovar orçamento do ano de 2024; (v) a renúncia da Paula Guimarães Fonseca ao cargo de diretora da Companhia; e (vi) a eleição da Daniella de Souza Guanabara Santos para compor a diretoria da Companhia. **Presidente**: Sra. **Daniella de Souza Guanabara Santos,** brasileira, solteira, economista, portadora da carteira de identidade nº 09844007-6, expedida pelo Detran/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 070.618.677-01. **Secretário**: Sr. **Leandro Rocha Franco Lopes,** brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade nº 26.435.227-9, emitida por Detran/RJ, inscrito no CPF/ME sob nº 662.711.261-20. Para que sejam admitidos à AGO, os acionistas deverão apresentar documentos que comprovem sua identidade e, no caso de acionista pessoa jurídica, sua representação legal. Observadas as restrições legais, os acionistas poderão ser representados na AGO por mandatário, devendo, neste caso, ser apresentados ainda o instrumento de mandato e o comprovante de identidade do mandatário.
Juiz de Fora, 09 de julho de 2024
Leandro Rocha Franco Lopes - Diretor

Federalização da Codemig avança

CONTAS PÚBLICAS Projeto que permite repassar a estatal para a União como forma de abater a dívida foi aprovada no CCJ da Assembleia



Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 41/24, de autoria de 26 parlamentares, foi aprovada em primeiro turno na CCJ da Assembleia FOTO: ALEXANDRE NETTO / ALMG

"Sabe-se que a Codemig é, hoje, a detentora das concessões de lavra de mineral (...). Ocorre que o artigo 87 do ADCT prevê que as concessões devam ser transferidas para outra entidade da administração indireta do Estado em caso de privatização, extinção ou desativação da dententora dessas concessões"

Arnaldo Silva

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, ontem, o projeto de lei que vai permitir a federalização da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemig). A medida está prevista na proposta do Senado para a renegociação das dívidas do Estado com a União.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 41/24, de autoria de 26 parlamentares, tem como primeiro signatário o deputado e Professor Cleiton (PV).

O relator, deputado Arnaldo Silva (União), que também preside o colegiado, opinou pela legalidade da matéria em sua forma original. Com a aprovação do parecer, a PEC 41/24 já pode seguir para análise da Comissão Especial que será designada para analisar a proposição, último passo antes de a matéria ser votada em 1º turno pelo Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

A PEC 41 acrescenta parágrafos ao artigo 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição (ADCT) do Estado, com o objetivo de possibilitar a transferência à União das ações que garantem o controle direto ou indireto pelo Estado da Codemig.

Segundo explica o relator em seu parecer, na hipótese de a União assumir o controle acionário da Codemig, a empresa será extinta ou ao menos desativada enquanto entidade da administração indireta do Estado.

"Essa é a razão que justifica a aprovação da presente proposta de emenda à Constituição do Estado: viabilizar as negociações entre o ente federal e o Estado com vistas à redução da dívida de Minas e ao equilíbrio das contas públicas", afirma Silva.

Na véspera, começou a tramitar no Senado Federal o Projeto de Lei Complementar (PLP 121/24) que traz o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). A proposição prevê o repasse de ativos à União para que os Estados obtenham melhores condições de quitação dos débitos.

Retorno ao Estado - Ainda de acordo com o parecer, a PEC 41 ainda estabelece que, em caso de posterior alienação, pela União, do controle acionário da Codemig, o acordo para formalizar o pagamento do saldo da dívida inclua o direito de preferência do Estado.

"Sabe-se que a Codemig é, hoje, a detentora das concessões de lavra de mineral sólido e dos respectivos direitos e obrigações. Ocorre que o artigo 87 do ADCT prevê que as concessões devam ser transferidas para outra entidade da administração indireta do Estado em caso de privatização, extinção ou desativação da detentora dessas concessões", esclarece, por fim, o relator.

Proposta – A renegociação das dívidas do Estado foi encampada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD) como foram de evitar a adoção do Regime de Recuperação Fiscal. Entre as propostas para abater o débito está o repasse de ativos estaduais e a redução das taxas de juros. **(Com informação da ALMG)**

LDO de 2025 está pronta para análise em plenário

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO), ampliada com membros das demais comissões permanentes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), aprovou, ontem, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta o orçamento do governo para 2025.

De autoria do governador, o Projeto de Lei (PL) 2.366/24 tramita em turno único e agora já pode ser votado em Plenário. O relator da matéria foi o deputado Zé Guilherme (PP), também presidente da comissão.

O governo estima uma receita anual em torno de R$ 129,5 bilhões, frente a uma despesa total de R$ 133,2 bilhões. Dessa forma, o déficit orçamentário previsto para 2025 é de R$ 3,7 bilhões, abaixo dos R$ 8,1 bilhões da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024.

Do total de receitas para 2025, espera-se uma receita tributária de R$ 108,9 bilhões, um aumento nominal de 7% em relação àquela estimada no ano anterior. A maior fonte dessa receita é, como sempre, o ICMS, cuja previsão bruta é de R$ 82,1 bilhões.

Já as receitas de capital foram estimadas em R$ 8,4 bilhões, o que corresponde a um aumento de 216% em relação a 2024. De acordo com o relator, esse crescimento incomum se deve à expectativa de transferência de cerca de R$ 5,5 bilhões da União ao Estado, para as obras do metrô de Belo Horizonte.

Nas despesas previstas, se destaca o gasto com pessoal e encargos sociais, de R$78,6 bilhões. Em relação às novas renúncias de receita, o valor previsto para 2025 é de R$ 19,1 bilhões. A renúncia consolidada para o próximo ano é de R$ 21,9 bilhões, equivalente a 26% da receita de ICMS estimada para o exercício.

Diante dos números do projeto da LDO, o governador afirma, na mensagem que acompanha a proposição, que permanece o desafio de equacionar os gastos públicos à previsão da arrecadação, considerando o contexto econômico e a rigidez orçamentária, com comprometimento previsto para 2025 de mais de 85% da receita fiscal em dotações de caráter obrigatório.

O projeto ainda traz a projeção de crescimento da dívida consolidada líquida: R$ 190,3 bilhões para 2025, R$ 202 bilhões para 2026 e R$ 211,4 bilhões para 2027.

Esse crescimento se deve, segundo o governo, à premissa de pagamentos parciais dos serviços da dívida, conforme prevê a legislação federal que instituiu o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) dos Estados.

Durante a tramitação do projeto da LDO, foram apresentadas uma emenda do governador Romeu Zema (Novo), apenas para corrigir erros materiais na tabela de metas anuais, e 225 emendas de parlamentares, das quais uma foi retirada pelo autor.

Em seu parecer, o deputado Zé Guilherme recomenda a aprovação do projeto com nove emendas dos deputados, a emenda do governador e uma subemenda que contempla outras 29 sugestões de mudanças apresentadas por parlamentares, além de três emendas de autoria do próprio relator.

Segundo Zé Guilherme em seu parecer, grande parte das emendas apresentadas por parlamentares sugere alterações nas diretrizes a serem observadas pela administração pública estadual em suas metas e prioridades, que correspondem, para 2025, às metas definidas para os projetos estratégicos estabelecidos no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) – 2024-2027.

Na grande maioria dos casos, ressalta o relator, as emendas foram rejeitadas por impossibilidade técnica ou operacional para sua concretização, por conterem dispositivos que já são operacionalizados ou, ainda, por não se enquadrarem no escopo da LDO. **(Com informações da ALMG)**

SUSTENTABILIDADE

Aprovada política do hidrogênio de baixo carbono

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou, ontem, a criação da Política Estadual de Hidrogênio de Baixo Carbono. Analisado em segundo turno, o projeto vai para sanção do governador Romeu Zema (Novo)

Inicialmente, o PL 3.043/21, de autoria do deputado Gil Pereira (PSD), pretendia criar a Política Estadual de Hidrogênio Verde, porém, o escopo da proposta foi ampliado para englobar outros produtos.

O texto definitivo prevê entre os objetivos da política o incremento ao uso do hidrogênio de baixo carbono na matriz energética do Estado; a contribuição para a redução da emissão de gases causadores de efeito estufa; o estímulo à cadeia produtiva dessa fonte de energia e sua sinergia com outras opções de usos renováveis.

Barragens – Já o PL 383/19, do deputado Charles Santos (Republicanos), dispõe sobre serviço destinado a receber denúncia de atos ou infrações praticados contra o meio ambiente. A proposição foi avalizada na forma aprovada em 1º turno com alterações (vencido).

O projeto prevê que denúncias de crime e de não conformidade referente à segurança de barragens, represas, açudes, lagos e lagoas serão encaminhadas, no prazo de dois dias a contar de seu recebimento, ao órgão competente, para apuração.

O comando foi inserido por um novo artigo na Lei 14.986, de 2004, que institui serviço de disque-denúncia de agressões ao meio ambiente no território do Estado.

Carro elétrico - Outra proposição aprovada no Plenário, mas ainda de forma preliminar (1º turno), também contribui para a defesa do meio ambiente. O PL 999/15, do deputado Sargento Rodrigues (PL), determina que a alíquota de IPVA para os veículos com motor elétrico será de 1%, independentemente da categoria.

Segundo o autor, os benefícios são um importante incentivo à produção e expansão desse mercado. O parlamentar também argumenta que o fato de os carros elétricos não serem poluentes justifica a cobrança de alíquota diferenciada, uma vez que carros movidos a álcool, gás natural e também os bicombustíveis já receberam incentivos por motivo semelhante.

Para estabelecer a referida alíquota, o projeto acrescenta parágrafo ao artigo 10 da Lei 14.937, de 2003. Durante a tramitação nas comissões, o projeto, para melhor atender seu propósito, passou a acrescentar inciso ao artigo 10 da lei, visto que o caput do artigo enuncia diretamente as categorias de veículos, com as respectivas alíquotas de IPVA.

A versão do texto avalizada pelo Plenário também exclui a expressão "independentemente da categoria" constante na proposição, por entender que ela é desnecessária.

Por fim, foi aprovado o Projeto de Resolução (PRE) 41/24, em 2º turno, o qual altera a Resolução 5.310, de 2007, que dispõe sobre as especialidades e as atribuições dos cargos de provimento efetivo da Secretaria da Assembleia Legislativa. A proposição é de autoria da Mesa da Assembleia, que agora o promulgará. **(Com informações da Assembleia)**



AGRONEGÓCIO

“O Legal Merece Brinde” no Festival Mundial da Cachaça

SALINAS Programa do IMA vai ser lançado no evento, que vai de sexta-feira (12) a domingo (14); Capital nacional da bebida, município tem maior número de cachaçarias registradas do País, segundo Mapa

MICHELLE VALVERDE

Capital Nacional da Cachaça, Salinas, no Norte de Minas Gerais, se destaca por ser o município com o maior número de registros da bebida no País. Devido à importância da produção na economia da região, acontece, no município, o Festival Mundial da Cachaça. Este ano, o evento que está em sua 21ª edição será desta sexta-feira (12) a domingo (14), no Parque de Exposições de Salinas.

Este ano tem novidades. Com o objetivo de estimular a regularização das cachaças e contribuir para o aprimoramento da qualidade das bebidas já registradas, o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) lançará no evento para os produtores da região o programa “O Legal Merece um Brinde”. A cerimônia será no dia 12 de julho, às 19h30.

O Festival Mundial da Cachaça deve reunir mais de 30 mil pessoas e atrai degustadores, produtores rurais, comerciantes e empresas locais de outros segmentos. O evento é uma oportunidade de ressaltar a importância de consumir um produto legalizado e com segurança alimentar.

Desenvolvido pelo IMA, o projeto “O Legal Merece um Brinde” quer incentivar a legalização da produção de cachaça no Estado. Além disso, é uma ferramenta importante para conscientizar a cadeia produtiva da cachaça. O projeto busca integrar fiscalização e conscientização, abrangendo toda a cadeia produtiva da bebida, de produtores a consumidores, passando pelos restaurantes e transportadores de cachaça.

Conforme o gerente de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal do IMA, Lucas Guimarães, o programa está presente em 20 das 21 coordenadorias do IMA, abrangendo, assim, praticamente todas as regiões do Estado. “O programa ‘O Legal Merece um Brinde’ é uma ferramenta, um projeto de educação sanitária do IMA que realiza a fiscalização aliada à educação sanitária. As ações de fiscalização ocorrem, dentro da sua normalidade e rotina. O empreendimento, após fiscalizado, é cientificado de tudo que se tratou àquela ação e também sobre quais os tratamentos e eventuais melhorias devem ser feitas no empreendimento ou na cachaça”, explicou Guimarães.

O representante do IMA ressaltou ainda que o método é diferenciado por deixar o cidadão fiscalizado informado sobre os procedimentos necessários e em como proceder após a ação de fiscalização. “Com o programa, buscamos uma maior proximidade com o produtor, tiramos dele aquele estigma que o órgão fiscalizado está ali só para punir. Então, as portas do IMA estão abertas para aqueles que queiram vir a se regularizar, buscar as informações. A gente tem acolhido os mais diversos canais, seja através de visitas aos escritórios, através de e-mail, alguns escritórios têm canais de WhatsApp e também através de palestras, que têm sido o principal meio de articulação junto a esse público. Buscamos atuar nos mais diversos elos da cadeia produtiva, desde aquele que produz, aquele que beneficia e aquele que comercializa”, confirmou.



Anuário da Cachaça 2024, divulgado pelo IMA, aponta que Minas Gerais responde por 41,4% das cachaçarias com registro do País FOTO: DIEGO VARGAS / SEAPA MG

> “O programa ‘O Legal Merece um Brinde’ é uma ferramenta, um projeto de educação sanitária do IMA que realiza fiscalização aliada à educação”

Registros no Estado cresceram em 2023, diz Anuário

Conforme o gerente do IMA, o trabalho realizado pelo instituto é fundamental para o aumento de estabelecimentos regularizados no Estado. De acordo com o Anuário da Cachaça 2024, divulgado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), Minas Gerais foi o estado que concentrou o maior registro de estabelecimentos produtores de cachaças no Brasil em 2023.

Minas conta com 504 estabelecimentos registrados, correspondendo, assim, a 41,4% das cachaçarias do País. A marca se deve ao crescimento de 7,7% nos registros em 2023 frente a 2022. Ao todo, o Estado registrou 36 estabelecimentos a mais em relação a 2022. Esta é a primeira vez que uma unidade da federação supera a marca de 500 cachaçarias registradas.

Os três municípios com o maior número de estabelecimentos registrados estão no Estado. O maior é Salinas, com 24 unidades produtoras. Logo em seguida vêm o Alto do Rio Doce, com 20 registros, e Rio Espera, com 16.



Festival Mundial da Cachaça será realizado no Parque de Exposições de Salinas e deve reunir público de mais de 30 mil pessoas FOTO: REPRODUÇÃO / INSTAGRAM FESTIVAL MUNDIAL DA CACHAÇA

No Brasil, em 2023, o número de cachaçarias registradas somou 1.217 unidades, resultado de um crescimento de 7,8% com base no ano anterior.

Conforme o Mapa, Minas também lidera no número de registros de cachaças: 2.144 cadastros, o que corresponde a 35,7% do volume do País. Em nível nacional, houve um crescimento de 18,5% em relação ao total de produtos registrados que havia em 2022, alcançando o número de 5.998 marcas.

Conforme o Mapa, o Estado se destaca ainda com maior número de marcas nos registros de cachaça. Em média, são 8,6 marcas para cada estabelecimento, o que representa 4.341 marcas. **(MV)**

ASSINATURA DA CONCESSÃO

Jequitaí vai beneficiar cerca de 150 mil pessoas em MG

Os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, assinaram ontem, em Montes Claros, no Norte de Minas, o contrato de concessão do Projeto Hidroagrícola Jequitaí. A iniciativa vai viabilizar uma área de 23,7 mil hectares para irrigação, reserva de água e geração de energia. O leilão foi realizado em março deste ano, garantindo R$ 1,5 bilhão em investimentos para a execução do projeto. Aproximadamente 147 mil pessoas em 19 municípios mineiros devem ser beneficiadas com o desenvolvimento do Vale do São Francisco e a geração de 84 mil empregos. As obras devem começar no início de 2025.

Desta forma, a concessão foi oficializada para o Consórcio Jequitaí, formado pelas empresas Fortaleza de Santa Teresinha Agricultura e Pecuária S.A e a RG S.A, representadas pela participante credenciada Planner, que venceram o leilão. Na ocasião, elas apresentaram a única proposta válida de R$ 35 milhões.

Durante o evento, Silveira destacou que o projeto vai impulsionar o crescimento econômico em múltiplas frentes e estabelecer um ciclo virtuoso de desenvolvimento integrado e sustentável na região Norte de Minas Gerais. Além de todos os benefícios, as barragens terão capacidade de gerar cerca de 20 MW de energia. “É um momento realmente histórico para nós podermos levar vigor e vida, literalmente, ao povo do Norte de Minas. Porque água e energia são sinônimos de vida, e esse projeto de Jequitaí reúne os dois. Reúne água, turismo, reúne condições de a gente irrigar mais, produzir mais e, com isso, da gente incluir mais a população e levar mais desenvolvimento”, disse o ministro de Minas e Energia.

Receita e investimentos - O projeto foi qualificado no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI) e foi objeto de estudos para concessão, visando avançar na melhoria da gestão, operação e sustentabilidade.

O leilão permite o uso de uma área de 23,9 mil hectares, dos quais 10,2 mil são irrigáveis, e prevê a geração de cerca de R$ 11 bilhões em receitas para a empresa concessionária em 35 anos de contrato. Os investimentos previstos em infraestrutura, aquisição de terras e ações socioambientais são estimados em R$ 1,5 bilhão até o sexto ano. Cumprido o cronograma com as obrigações de investimento, a concessionária terá direito à transferência total da propriedade da área.

Entre as obrigações da empresa estão: a implantação da infraestrutura (barragens I e II, infraestrutura de irrigação e de apoio); a ocupação da área irrigável, conforme prazos estabelecidos em contrato; e a desapropriação da área destinada à formação do perímetro de irrigação.

A empresa vencedora terá ampla liberdade de projeto da infraestrutura de irrigação e de estratégia de ocupação da área irrigável e de definição das culturas agrícolas. O projeto trará, ainda, promoção do desenvolvimento do Vale do São Francisco, por meio da perenização do rio Jequitaí, incluindo a geração de 84 mil empregos, sendo 35 mil diretos e 49 mil indiretos, e a regularização da vazão do Rio São Francisco em 35 litros por segundo.

Dos 10,2 mil hectares irrigáveis, 1,1 mil hectares serão destinados a pequenos agricultores locais, em lotes de 5 e 6 hectares. Os aportes também vão permitir uma produção na casa de 350 mil toneladas de alimentos por ano. Além disso, diversas outras atividades econômicas em áreas como turismo, lazer e piscicultura. **(Com informações do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional)**

NEGÓCIOS

Mais curtas, férias de julho lotam hotéis de lazer em Minas

TURISMO Taxa média de ocupação cresceu cerca de 10%, frente a julho de 2023, e está em cerca de 88%

MICHELLE VALVERDE

As férias de julho estão movimentando os hotéis de lazer de Minas Gerais. Este ano, a taxa média de ocupação cresceu cerca de 10% frente a julho de 2023 e está em cerca de 88%. Além dos investimentos feitos pela rede hoteleira em atrações, gastronomia e estrutura, a alta do dólar e das passagens aéreas também têm contribuído para que os turistas busquem destinos mineiros para curtirem as férias.

Conforme o presidente da Associação Mineira de Hotéis de Lazer (Amihla), Alexandre Santos, os turistas têm buscado, principalmente, os hotéis de alto padrão. Neste nicho, a taxa de ocupação nas férias de julho está cerca de 12% maior que em igual período de 2023. Em algumas unidades, segundo Santos, a taxa de ocupação está em 100%.

Em média, considerando o alto luxo e os hotéis de preços mais acessíveis, a demanda está 10% maior, com uma taxa de ocupação em torno de 88%.

"Este ano, a expectativa é que a demanda pelos hotéis, em julho, fique maior que em 2023 em cerca de 10%. Nós estamos com algumas das unidades com taxa de ocupação em 100%", ressalta.

Santos destaca que houve uma mudança do perfil de consumo nas férias de julho, com os consumidores buscando mais pelos hotéis de alto padrão e resorts.

"Está bastante nítido que há uma certa mudança no perfil de consumo. Isso porque a maior taxa de ocupação está nos *resorts*, nos hotéis de alta padrão. Atribuímos esse movimento ao momento econômico atual, com o dólar mais alto. Quando isso acontece, há uma tendência de protelar as viagens internacionais, com os turistas preferindo opções internas, então, esse público se volta para os hotéis de luxo", analisa.



Houve uma mudança do perfil de consumo nas férias de julho, com os consumidores buscando mais pelos hotéis de alto padrão e *resorts* FOTO: DANIEL MANSUR

> **"Os turistas têm buscado, principalmente, os hotéis de alto padrão. Neste nicho, a taxa de ocupação nas férias de julho está cerca de 12% maior"**
>
> Alexandre Santos

Tarifas competitivas - Outro fator que tem atraído os turistas são as tarifas competitivas. Segundo Santos, apesar de os hotéis terem corrigido as tarifas, os reajustes ficaram abaixo do aumento dos custos gerais dos hotéis. Assim, ainda se mostram atrativas para os hóspedes.

"Os hotéis estão com tarifas atrativas, competitivas e empregando novas ações para atrair turistas. Minas Gerais tem crescido acima da média no turismo e a nossa rede de hotéis tem evoluído muito rapidamente. Isso é mais um atrativo para que o turista fique ou venha para Minas Gerais", diz.

Hotéis investem em festas juninas - Para atrair os turistas, os hotéis de lazer, conforme Santos, têm investido nas atrações, na gastronomia, estrutura e atendimento. Uma das atrações que tem feito sucesso agora em julho são as festas juninas.

"Para atender a demanda dos clientes, os hotéis têm diversificado as atrações de entretenimento, feito melhorias de espaço físico e apostado nas atrações gastronômicas. Este ano, a grande tendência são as festas juninas. Muitos hotéis têm explorado essa opção com programações diversas incluindo, por exemplo, grupos de danças juninas, construindo cidades matérias, oferecendo um cardápio junino", conta.

O presidente da Amihla ressalta que o turismo de Minas Gerais é muito variado e atende a diversos estilos. No que se refere ao turismo de lazer, a maior parte da demanda fica em um raio que vai de 200 quilômetros a 250 quilômetros da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).



Santos: há uma certa mudança no perfil de consumo FOTO: DIVULGAÇÃO / COM VOCÊ COMUNICAÇÃO

SAÚDE

Clínica Biosnad aposta em espaço acolhedor

DANIELA MACIEL

Empreender nem sempre é um sonho de infância, mas levar o melhor atendimento à população e fazer uma profissão de fé à ciência levou as médicas Ana Flávia Passos Ramos e Maria do Carmo Friche Passos a se unirem ao empresário Bruno Mendonça para criar a Clínica Bios Núcleo do Aparelho Digestivo – Biosnad, em setembro do ano passado.

A clínica, que fica no Barro Preto, região Centro-sul de Belo Horizonte, é um empreendimento familiar que consumiu um investimento de R$ 1,6 milhão. De acordo com a cofundadora e médica responsável técnica pela Biosnad, Ana Flávia Passos Ramos, a equipe clínica é formada por 13 profissionais entre médicos e nutricionistas.

"Somos duas médicas e um investidor. A Maria do Carmo é uma gastroenterologista renomada. Foi a primeira mulher presidente da Federação Brasileira de Gastroenterologia. Éramos nós duas no consultório. víamos que faltava em Belo Horizonte um lugar que primasse pela questão do acolhimento e da estética no ramo de atendimento em que trabalhamos. Queríamos ampliar nossa atuação com uma medicina centrada no paciente e na ciência e que era possível convidar profissionais com esse mesmo desejo. A união com o Bruno é que nos deu o empurrão que faltava para abrir um negócio próprio", relembra Ana Flávia Ramos.

O projeto teve início em fevereiro de 2023 e foi inaugurado em setembro do mesmo ano. O espaço, além das consultas, oferece alguns exames e agregou outras especialidades que têm relação com a gastroenterologia: cirurgia do aparelho digestivo, coloproctologia, endocrinologia e metabologia, gastroenterologia pediátrica, hepatologia e nutrição. O atendimento é feito por convênios e particulares.

Além dos atendimentos, faz parte dos planos da Clínica Biosnad a formação de um centro de educação continuada.

"Os anos da Maria do Carmo na vida associativa e os meus como preceptora na Santa Casa de Belo Horizonte nos permitiram conhecer muita gente e selecionar uma equipe que, além de qualidade técnica, tem os mesmos princípios que nós. Fazemos encontros, discussões científicas e, em breve, teremos um centro de educação continuada", diz.

"Ao mesmo tempo, uma luta pessoal minha é como impactar mais pessoas. A solução é usar bem a internet. Eu nunca tinha tido redes sociais. Fico vendo esse descrédito da ciência, então a gente também tem que aparecer, ocupar os espaços. Por isso a rede social da clínica é também para divulgar conhecimento científico", completa a médica.



Além dos atendimentos, faz parte dos planos da Clínica Biosnad a formação de um centro de educação continuada, afirma Ana Flávia Ramos FOTO: DIVULGAÇÃO / BIOSNAD

INOVAÇÃO EM PAUTA



JANAYNA BHERING

Engenheira com mestrado em Ciência e Tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidente do Conselho de Inovação e VP executiva na ACMina

5ª edição do Mulheres Inovadoras

Nos últimos anos, tem crescido significativamente o número de mulheres que se destacam no cenário empreendedor brasileiro e mundial. Para incentivar e apoiar esse talento feminino, programas como o "Mulheres Inovadoras", promovido pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), têm desempenhado um papel crucial. Este programa não apenas reconhece as conquistas das empreendedoras, mas também as capacita e as conecta com recursos essenciais para expandir seus negócios.

No último dia 3 a Finep lançou a chamada para a 5ª edição do programa. Segundo Rochester Costa, Analista de Empreendedorismo e Investimentos em Startups da Finep, nesta edição, serão selecionadas seis startups de cada região do País, somando 30 empresas, para oito semanas de aceleração com uma equipe de mentores e palestrantes das iniciativas pública e privada. Ao final, todas se apresentarão para uma Banca de Avaliação Regional. Aquelas que cumprirem todo o processo de forma satisfatória receberão um prêmio de R$ 52 mil para usar em seu negócio, mas uma de cada região será escolhida pela Banca para receber um prêmio diferenciado, no valor de R$ 100 mil. Nas quatro edições anteriores, foram aceleradas 1.132 startups, com mais de R$ 5 milhões em prêmios.

O "Mulheres Inovadoras" não se limita apenas a premiar ideias inovadoras, mas também visa corrigir desigualdades históricas ao oferecer fomento e capacitação específica para mulheres empreendedoras. Em um setor muitas vezes dominado por homens, a iniciativa se destaca ao proporcionar não apenas financiamento, mas também mentorias e networking focados nas necessidades das mulheres.

Além do impacto direto nas empreendedoras individuais, o programa da Finep também tem um efeito cascata positivo na economia como um todo. Empresas lideradas por mulheres tendem a gerar empregos de forma mais inclusiva e promover um ambiente de trabalho mais diversificado e inovador.

Entretanto, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito. A representatividade feminina nos setores de ciência, tecnologia e inovação ainda é desproporcional, refletindo desafios estruturais que programas como este buscam superar.

À medida que o programa continua a evoluir, é crucial não apenas expandir seu alcance, mas também aumentar a conscientização sobre a importância de políticas inclusivas e igualitárias no ecossistema empreendedor brasileiro. Capacitar e fomentar o empreendedorismo feminino não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia inteligente para promover o desenvolvimento econômico sustentável e equitativo e fornece ferramentas essenciais para transformar esse potencial em realidade. Para as empreendedoras mineiras, fica a dica desta grande oportunidade.

Link para chamada: http://www.finep.gov.br/chamadas-publicas/chamadapublica/737..

IA mudará a forma como as pessoas trabalham

TENDÊNCIA Aqueles que abraçarem a ferramenta como uma aliada e se prepararem para um aprendizado contínuo estarão melhor posicionados

Amada e temida, a Inteligência Artificial (IA) chegou ao mercado de trabalho e parece ter vindo para ficar. Mesmo diante de toda a polêmica, que lembra o alvoroço criado em torno dos primórdios da internet, é certo que a nova tecnologia deve impactar mais de 300 milhões de empregos em todo o planeta, principalmente nas áreas jurídica e administrativa, conforme divulgado pela Goldman Sachs. O dado gera ansiedade, pois aqui no Brasil uma pesquisa recente da Page Interim revelou que 76,6% dos profissionais acreditam que a IA substituirá seus empregos.

Mas, de acordo com a especialista em IA da dataRain, empresa brasileira líder em soluções AWS na América Latina, Thais Lino, não há o que temer. "Não podemos esperar que a IA substitua completamente os empregos humanos, mas ela transformará a forma como trabalhamos", resume. "Aqueles que abraçarem a IA como uma aliada e se prepararem para um aprendizado contínuo estarão melhor posicionados para aproveitar as oportunidades em meio a essa revolução tecnológica", explica.

Thaís Lino compara este momento ao do surgimento da internet, em que, assim como agora, os avanços criaram novas oportunidades de emprego, automatizaram tarefas e exigiram que os trabalhadores adquirissem novas habilidades. "No entanto, a IA apresenta desafios únicos e potenciais mais profundos de automação, impactando tanto funções cognitivas quanto físicas. Por isso, as habilidades interpessoais e a capacidade de trabalhar em equipe se tornam cada vez mais importantes, afinal, muitas tarefas rotineiras podem ser automatizadas pela IA", acrescenta.

A especialista indica que os profissionais tenham conhecimento de ferramentas como a Notion AI, que ajuda na organização e produtividade, e Copy.AI, que cria textos persuasivos de alta qualidade. "Essas ferramentas



O Chat GPT, talvez a mais popular entre todas, é uma ferramenta baseada em IA que auxilia em tarefas textuais FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

permitem que os profissionais concentrem seu tempo e energia em atividades que realmente exigem sua criatividade e capacidade de resolução de problemas", observa Thaís Lino.

No contexto das apresentações corporativas, a IA também está desempenhando um papel significativo. "Utilizando ferramentas como Beautiful.ai, é possível gerar apresentações com design profissional em tempo real, bastando adicionar o conteúdo. Isso não só economiza tempo, mas também garante uma qualidade visual superior", comenta a especialista.

O ChatGPT, talvez a mais popular entre todas, é uma ferramenta baseada em IA que auxilia em tarefas textuais, como esboços de apresentações, resumos, criação de *bullet points* e melhorias de textos. "Um ótimo exemplo de como a IA pode ser integrada no dia a dia dos profissionais, proporcionando suporte robusto para diversas atividades", recomenda.

IA em diferentes setores - A automação proporcionada pela IA está transformando não apenas as tarefas físicas, mas também as cognitivas. Setores como o de atendimento ao cliente, marketing, finanças e saúde estão entre os mais impactados. No atendimento ao cliente, por exemplo, a utilização de *chatbots* baseados em IA permite um atendimento mais rápido e eficiente, enquanto os profissionais humanos podem focar em casos mais complexos, que requerem empatia e julgamento. "A automação de tarefas rotineiras libera os trabalhadores para se dedicarem a atividades que realmente agregam valor ao cliente e à empresa", destaca Thaís Lino.

No *marketing*, a IA está revolucionando a maneira como as campanhas são planejadas e executadas. "Com a análise de grandes volumes de dados, a IA pode identificar padrões e prever comportamentos de consumo, permitindo uma segmentação mais precisa e campanhas mais eficazes", afirma a especialista. Ela observa que isso requer dos profissionais de marketing uma nova habilidade: a capacidade de interpretar e utilizar esses dados de forma estratégica.

Já no setor financeiro, a IA está sendo utilizada para análise de risco, detecção de fraudes e tomada de decisões de investimento. "A precisão e a velocidade com que a IA pode processar informações financeiras são incomparáveis, mas isso não elimina a necessidade de profissionais qualificados para interpretar esses dados e tomar decisões finais", explica Thaís Lino.

Na área da saúde, a IA está trazendo avanços significativos em diagnóstico e tratamento. "Algoritmos de IA podem analisar imagens médicas com uma precisão que muitas vezes supera a dos especialistas humanos, ajudando na detecção precoce de doenças". No entanto, ela destaca que a relação médico-paciente e o julgamento clínico continuam sendo insubstituíveis. "A IA deve ser vista como uma ferramenta de apoio, não como um substituto para o conhecimento e a experiência dos profissionais de saúde", concluí.

> **"Habilidades interpessoais e a capacidade de trabalhar em equipe se tornam cada vez mais importantes"**
> Thaís Lino

MARATONA DE INOVAÇÃO

Estudantes mineiros são premiados

O segundo dia do evento "Arte de Inovar com Maratona de Inovação", realizado terça-feira, dia 2 de julho, na Escola Estadual Santo Antonio, em Itapagipe (MG), premiou os estudantes que se destacaram nas dinâmicas e oficinas gratuitas do *hackathon* com foco em sustentabilidade. O projeto é uma iniciativa da Loa Produções Culturais com o patrocínio da BP Bunge Bioenergia e apoio do Ministério da Cultura.

O evento contou com 20 equipes de alunos do 9º ano, orientadas por mentores locais e avaliadas por uma banca de jurados.

Pela manhã, 10 equipes apresentaram propostas como o projeto "NTCL (Novo Tipo de Coleta de Lixo)", que visa instalar pontos de coleta próximos às salas de aula e promover práticas sustentáveis. Os vencedores foram: Grupo Inovar em 1° lugar com Sici (Super Inovação Contra Inundação), Orange em 2° lugar com Limpeza em Ação e Os Equilibrados em 3° lugar com Renascimento da Natureza.

À tarde, outras 10 equipes abordaram temas como queimadas e descarte de lixo, destacando-se "EcoHospitalar" dos Enfermeiros do Amor em 1° lugar, seguido por "Recicla Mapa" da equipe Tropinha e "Green Planet" do Quinteto Sustentável em 3° lugar, promovendo reflorestamento e apoio comunitário.

O evento foi elogiado pelo professor Toshiyuki Oizumi, integrante da banca de jurados, e pela secretária de Educação de Itapagipe, Lenira Carneiro, que agradeceu o apoio da BP Bunge.

"É evidente como os alunos do 9° ano de Itapagipe estão indo para o ensino médio já propondo soluções inovadoras para o futuro", afirmou o coordenador de Inovação, Wellington Sacheti. "O Arte de Inovar é um projeto que permite o desenvolvimento do senso crítico, da criatividade e da capacidade de resolver problemas complexos. E, em Minas Gerais, os estudantes criaram soluções que vão desde o reuso de água até inovações tecnológicas", pontuou o coordenador, parabenizando os participantes.

Andréia Nunes, coordenadora-geral do evento, também parabenizou as equipes pelo desempenho e enfatizou o impacto positivo do evento na conscientização dos alunos para um futuro sustentável. "O evento 'Arte de Inovar com Maratona de Inovação' traz em sua metodologia arte, criatividade e inovação para tratar de temas importantes como a sustentabilidade do planeta. Em Itapagipe, interior de Minas Gerais, os alunos demonstraram grande criatividade e capacidade de trabalhar em equipe em prol do meio ambiente", acrescentou Andréia Nunes.

O evento "Arte de Inovar com Maratona de Inovação" teve início em abril deste ano e já passou por várias cidades de cinco estados: Goiás, Tocantins, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Ao todo, o evento visitará 24 cidades, alcançando aproximadamente 3.500 estudantes. Universidades, escolas públicas, privadas e instituições educacionais interessadas em sediar o evento podem entrar em contato pelo *e-mail*: *projetos@loaproducoes.com.br*.



Evento contou com 20 equipes de alunos do 9º ano FOTO: LOA PRODUCOES CULTURAIS

Minas é 1º lugar em boas práticas de gestão de pessoas

PESQUISA Mapa Gestão de Lideranças contemplou análise de 57 secretarias de todos os estados brasileiros

O nível máximo de referência do Mapa Gestão de Lideranças (MGL) — iniciativa que identifica boas práticas de gestão de pessoas no alto escalão dos governos estaduais — foi atingido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag-MG).

O levantamento realizado pelo Instituto de Ensino e Pesquisa Insper foi feito com 57 secretarias de todos os estados brasileiros. A Seplag-MG ficou em primeiro lugar, conquistando 71 pontos.

A segunda maior pontuação foi obtida pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Estado do Rio Grande do Sul, com 56 pontos. Em terceiro ficou a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG), com 55 pontos.

O Mapa de Gestão de Lideranças foi criado para oferecer às secretarias de Estado de Educação, Saúde e Gestão uma visão detalhada e aprofundada dos processos de gestão de pessoas nos cargos de liderança do segundo e do terceiro escalão da administração direta dos governos estaduais brasileiros.

O resultado da pesquisa foi revelado no último dia 3, no lançamento do MGL, que é resultado de uma análise que o Insper faz dos participantes, contando com cinco pilares principais: pré-seleção, gestão do desempenho, desenvolvimento, diversidade e atuação do órgão central.

No caso da Seplag-MG, foram avaliados o Programa Transforma Minas e o modelo de avaliação de desempenho dos gestores públicos do governo de Minas, em aspectos relacionados ao processo de seleção das lideranças estaduais, à capacitação e ao desenvolvimento de líderes, além da diversidade na ocupação dos cargos de liderança no Estado.

"É gratificante ver o Transforma Minas, principal iniciativa de seleção, desenvolvimento e engajamento de lideranças do governo de Minas, se tornar referência para outras secretarias", destaca a superintendente central de política de recursos humanos da Seplag-MG, Maria Muniz.

Para ela, o reconhecimento do MGL indica que a secretaria está no caminho certo da estruturação e da execução de políticas de gestão de lideranças. "Sem dúvidas, a preparação dos líderes reflete diretamente na entrega de serviços públicos de qualidade à população", analisa.



Seplag-MG conquistou a 1ª colocação no levantamento realizado pelo Instituto de Ensino e Pesquisa Insper FOTO: DIVULGAÇÃO/ SEPLAG-MG

Transforma Minas - Este ano o Transforma Minas completou cinco anos e, desde sua criação, conforme a secretaria são mais de 500 processos seletivos realizados para posições de liderança no Estado.

Além da frente de atração e seleção, que faz a escolha de profissionais para o setor público com base em critérios de mérito e competência, o programa conta com a frente de desenvolvimento e desempenho, que tem o objetivo de desenvolver líderes para atuação inovadora, com capacidade para articular ações e trabalhar em rede para o alcance de resultados mais eficientes.

A outra frente é a de engajamento, que busca compreender os diferentes perfis motivacionais e propor ferramentas para potencializar a conexão das pessoas entre si e com suas atividades diárias.

Avaliação de desempenho - Outro destaque da Seplag-MG foi a avaliação de desempenho por competências dos gestores (ADGP), na qual o gestor é avaliado pela chefia imediata e por membros de sua equipe, além de realizar uma autoavaliação. São mais de 3,8 mil gestores avaliados em aproximadamente 45 órgãos e entidades do governo de Minas.

O principal objetivo da avaliação é aprimorar a atuação dos gestores por meio do desenvolvimento de competências gerenciais, contribuindo para a profissionalização da gestão pública e para a melhoria dos serviços públicos prestados pelos órgãos e entidades estaduais.

"Sem dúvidas, a preparação dos líderes reflete diretamente na entrega de serviços públicos de qualidade à população"

Maria Muniz

SUSTENTABILIDADE

MRV reduziu 26% das emissões dos gases de efeito estufa

A MRV — uma empresa do grupo MRV&CO — está adotando medidas que promovem o desenvolvimento sustentável em suas operações e em toda a cadeia de valor. Dentre elas, conforme a companhia, destacam-se as iniciativas de consumo de energia renovável, que resultaram na redução de 26% dos gases de efeito estufa de escopo 2 em 2023, se comparado ao ano anterior, e os investimentos em ecoeficiência do concreto, que geraram, além de benefícios financeiros, a redução de 28% das emissões de GEE.

Fischer falou da iniciativa Visão 2030 MRV, que possui várias metas FOTO: DIVUGAÇÃO/GABRIEL ARAUJO/ MRV&CO

A construtora também tem iniciativas de P&D, como o estudo do desempenho de materiais, com grupos permanentes de pesquisa em concreto e aço e a busca por maior eficiência com a exploração de novos materiais menos intensos em emissões de gases de efeito estufa.

"Também investigamos o uso de rejeitos e mineração em argamassas e concretos, com resultados observáveis na redução do consumo de água e cimento" destaca o CEO do grupo MRV&CO, Eduardo Fischer.

Além disso, a MRV&CO colabora com uma ampla gama de parceiros no ecossistema de inovação e tecnologia, participando de uma série de iniciativas que visam impulsionar a transformação digital e promover soluções sustentáveis na indústria da construção civil.

"As parcerias com *hubs* de inovação e iniciativas de investimento em startups possibilitaram a aplicação de tecnologia sustentável em nossas atividades", observa.

Visão 2030 – O grupo tem iniciativas que promovem a sustentabilidade, como a Visão 2030 MRV, que estabelece metas em gestão de pessoas, economia circular e mitigação das mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), a Visão 2030 MRV estabelece metas claras e mensuráveis em áreas-chave, baseadas em três pilares fundamentais.

Entre eles, está o de gestão e relacionamento, que tem como foco estabelecer conexões sólidas e positivas com colaboradores, clientes, parceiros terceirizados e a sociedade em geral, promovendo uma cultura organizacional inclusiva e engajada.

A outra, é economia circular na construção civil, que concentra-se em desenvolver uma abordagem sustentável em toda a cadeia de suprimentos, garantindo a eficiência do ciclo de vida dos produtos e promovendo a geração de um legado ambientalmente responsável.

O terceiro pilar é a adaptação à emergência climática e mitigação. Essa área busca não apenas adaptar-se às mudanças ambientais, mas também promover a justiça climática e mitigar os impactos negativos no meio ambiente.

"Com a Visão 2030 MRV, estamos estabelecendo metas ambiciosas que nos desafiam a ser agentes de mudança positiva em nossa indústria e na sociedade como um todo, reforçando nosso compromisso de longo prazo com a sustentabilidade", finaliza o CEO.

LEGISLAÇÃO

CURTAS

Mutirão de Conciliação em Brumadinho

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizará hoje e no próximo dia 16 a nona etapa do Mutirão de Conciliação na Comarca de Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A iniciativa é promovida pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do Fórum José Altivo do Amaral. No mutirão, são analisados processos individuais em tramitação no Núcleo de Justiça 4.0 - Cooperação Judiciária, do TJMG, que tratam de indenizações por danos à saúde mental de moradores de Brumadinho afetados pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da mineradora Vale, ocorrido em 2019. O mutirão faz parte da política do TJMG de impulsionar a cultura da conciliação e o uso dos métodos autocompositivos na solução de conflitos. As quatro primeiras fases do mutirão foram realizadas em 2023, com um total de 248 audiências e 264 acordos. Em 2024, durante as demais fases, foram realizadas 608 audiências e 676 acordos.

Acordos do Papre Imobiliário

O Posto de Atendimento Pré-Processual (Papre) Imobiliário, serviço pioneiro em conciliação para questões do mercado imobiliário, registrou resultados significativos no primeiro semestre deste ano. No período, foram conduzidos 1.177 atendimentos em negociação de contratos de aluguel e outros conflitos imobiliários. Destes, cerca de 600 foram solucionados, sendo 75 acordos e 527 débitos quitados. O atendimento, oferecido pela Câmara do Mercado Imobiliário e Sindicato das Empresas do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI/Secovi-MG) em parceria com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), é realizado exclusivamente *on-line*, mudança feita em 2020 e avaliada como um marco positivo para o acesso ao serviço

Importação ilegal de mercadorias

A Polícia Federal (PF) e a Receita Federal deflagraram ontema Operação Corisco Turbo, com o objetivo de desmantelar organização criminosa responsável por importar ilegalmente grandes quantidades de mercadorias de origem estrangeira sem pagamento de tributos. Segundo a Agência Brasil, cerca de 250 policiais federais e 100 servidores da Receita Federal cumpriram 51 mandados de busca e apreensão, 25 ordens de sequestro de bens imóveis e 42 ordens de sequestro de veículos, além do bloqueio de R$ 280 milhões nas contas dos alvos da operação. As ações aconteceram em São Paulo, Goiás, no Paraná, em Santa Catarina, no Maranhão, Rio Grande do Norte e Distrito Federal.

Vínculo de emprego no Uber

A Uber apresentou recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre processos que tramitam na Justiça, em instâncias inferiores, sobre existência de vínculo empregatício entre motoristas, entregadores e os aplicativos. A empresa pede a suspensão de todos esses processos da primeira e segunda instâncias da Justiça. Há três meses, o STF decidiu que o tema deverá ser analisado de forma ampla pela corte, abrangendo todo o tipo de atividade que se engloba neste formato de trabalho, mas não definiu data para o julgamento e decisão. Até que se defina uma data para o julgamento na Suprema Corte, a legislação permite que o relator, o ministro Edson Fachin, decida pela suspensão nacional dos procedimentos sobre o mesmo tema, no aguardo de um desfecho do caso.



O vice-governador Mateus Simões afirmou que o acordo de leniência assinado com a Andrade Gutierrez em 2021 foi descumprido com a falta de pagamento das parcelas da dívida, que estão em atraso há um ano FOTO: MARCO EVANGELISTA / IMPRENSA MG

MG pode cancelar acordo com a Andrade Gutierrez

DÍVIDA Empresas do grupo deixam de pagar parcelas previstas do montante de R$ 128,8 milhões, referentes ao ressarcimento por fraudes em obras da Cidade Administrativa

O governo de Minas Gerais comunicou ontem que notificou as empresas Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Andrade Gutierrez Investimento em Engenharia S.A, pela falta de pagamento dos valores previstos no acordo de leniência de R$ 128,9 milhões, firmado em 18 de agosto de 2021. A partir de agora, elas têm 30 dias para se manifestar ou o próximo passo poderá ser a abertura de processo administrativo.

A medida foi divulgada durante coletiva de imprensa na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte, com o vice-governador Mateus Simões (Novo), o advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa, o controlador-geral do Estado, Rodrigo Fontenelle, e a coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Paula Ayres Lima.

A ação foi tomada após quase oito meses de tentativas de negociações feitas com as empresas por meio das autoridades signatárias do acordo - Controladoria-Geral do Estado (CGE) e Advocacia-Geral do Estado (AGE), com interveniência do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

"O governo de Minas iniciou o processo de cancelamento do acordo de leniência celebrado com a construtora Andrade Gutierrez. Isso se dá em virtude do descumprimento reiterado pela construtora do pagamento das parcelas do acordo, que estão há um ano em atraso. Isso consiste em um descumprimento claro do que tinha sido acordado em 2021", destacou Mateus Simões.

De acordo com o vice-governador, todo o processo de cancelamento do acordo deve durar entre 60 a 90 dias. Além disso, com a

> **"O governo de Minas iniciou o processo de cancelamento do acordo de leniência celebrado com a Andrade Gutierrez"**
> Mateus Simões

leniência sendo cancelada, a empresa terá que pagar o valor integral, sem condições de parcelamento.

No período de 6 de outubro de 2023 a 7 de junho de 2024, foram mantidas tratativas considerando-se a possibilidade, prevista no Decreto Estadual nº 48.821/2024 (artigo 68), de revisão de cláusulas e condições da dívida.

Mesmo com a abertura à renegociação, para que a parte devedora retomasse e honrasse o pagamento das cinco parcelas já vencidas do acordo de leniência, não houve qualquer quitação dos valores pendentes.

"Nós estamos notificando as empresas formalmente neste momento, e a conveniência estará, da nossa parte, seguindo o processo de cancelamento do acordo. Nós seguiremos cobrando todos esses valores em atraso. Estamos promovendo esse procedimento de cobrança e revogação do acordo para que não haja nenhum prejuízo para os mineiros", disse o vice-governador.

A decisão pela rejeição da proposta de revisão do perfil econômico-financeiro da dívida foi proferida pela CGE por meio de despacho governamental em 7 de junho de 2024. Naquele momento, as empresas foram informadas sobre a obrigatoriedade da quitação imediata das parcelas em aberto e sobre sanções previstas.

Cabe ressaltar que o descumprimento total ou parcial do acordo pode ocasionar diversas penalidades, dentre elas a perda integral dos benefícios pactuados, o vencimento antecipado e integral da dívida decorrente do acordo e a proibição de contratar com o poder público.

Atraso - As empresas estão ligadas a fraudes em licitações de obras da Cidade Administrativa e da Cemig no período de 2004 a 2011. O acordo assinado em 2021 foi uma forma de assegurar o retorno dos R$ 128,9 milhões, aos cofres públicos, em 32 parcelas iguais, trimestrais, inicialmente no valor de R$ 4.029.094,80, sujeitas a correções/atualizações da taxa Selic ou outro índice que vier a substituí-la. Contudo, houve pagamento apenas no primeiro vencimento, em 31 de março de 2023. Todos os outros débitos permanecem em atraso.

Os valores a serem ressarcidos foram calculados de forma minuciosa e técnica pela Comissão de Negociação, composta por auditores internos da CGE e procuradores do Estado da AGE, em articulação com promotores de Justiça do MPMG.

O montante total previsto corresponde a pagamentos a título de ressarcimento ao erário, multa civil da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n° 8.429/1992) e, em virtude da participação do MPMG e da celebração do acordo de não persecução cível, de dano moral coletivo, em decorrência de ilícitos praticados no âmbito de contratos envolvendo recursos oriundos do Tesouro estadual. **(Agência Minas)**

Construtora diz que renegociação foi encerrada pelo Estado

Procurada pela reportagem do Diário do Comércio, a Andrade Gutierrez informou, inicialmente, que não iria comentar o caso, mas voltou atrás e enviou uma nota em que afirma que estava em tratativas com o governo de Minas, mas que elas não foram acolhidas. A empresa alega que o Executivo estadual decidiu pelo encerramento do acordo. Veja a nota, na íntegra:

"A Andrade Gutierrez informa que estava em tratativas de renegociação do acordo de leniência com o governo do Estado de Minas, tendo sido, inclusive, aceitas pela empresa todas as condições impostas pela Comissão Técnica envolvida neste tema. Comissão esta que não apontou mais nenhum impedimento de natureza técnica ou legal para a repactuação.

No entanto, sem qualquer justificativa, as tratativas não foram acolhidas pelo governo de Minas Gerais, que decidiu pelo encerramento do acordo e comunicação imediata à empresa e à mídia. A empresa reforça ainda que, além de ter sido a primeira a celebrar acordo com a CGE/MG, foi a única empresa, dentre as envolvidas nos temas da leniência com o governo de Minas, que realizou pagamentos do acordo. Outras empresas envolvidas nos mesmos assuntos sequer celebraram algum tipo de acordo. Fatos que, por si só, já ferem o princípio básico de tratamento isonômico que o Governo deveria dar para o setor.

A Andrade Gutierrez reforça seu compromisso com os acordos assinados, dentro da viabilidade de sua capacidade financeira e retomada dos seus negócios e, mais uma vez, se coloca à disposição para rediscuti-los em bases isonômicas e adaptados à realidade atual do mercado".



FINANÇAS

Votação da PEC do Banco Central é adiada pela CCJ do Senado

AUTORIDADE MONETÁRIA Acordo com o governo Lula indica um possível apoio à proposta de autonomia financeira e orçamentária do BC se o texto for alterado pelos parlamentares

Brasília - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado adiou, em sessão realizada ontem, a votação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que concede autonomia financeira e orçamentária ao Banco Central (BC), após acordo com o governo Luiz Inácio Lula da Silva, que indicou um possível apoio à iniciativa se o texto for alterado.

A análise da medida foi remarcada para sessão da CCJ na próxima quarta-feira, dando tempo para que o governo negocie com os parlamentares.

De acordo com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, "não tem nada contra" a autonomia financeira do BC, mas não concorda com a transformação da autarquia em empresa pública. Segundo ele, a mudança de *status* jurídico geraria impacto direto no resultado primário do governo.

"Vou assumir publicamente, porque ouvi do ministro Haddad, 'eu não tenho problema nenhum com a autonomia financeira', até porque ela custa 70 milhões de reais, 80 milhões de reais", disse. "Então, quero propor que a gente possa construir um texto que atenda o ponto central da proposta, que é a autonomia financeira e administrativa, e não misture as coisas, não com transformação do BC em empresa", acrescentou.

Efeito contábil - Nota informativa enviada a senadores pela Casa Civil apresenta posição contrária à PEC, com argumento similar ao apresentado por Wagner. A interpretação da pasta é que a nova regra mudaria a forma de contabilização dos fluxos financeiros entre BC e Tesouro, passando a impactar o resultado primário do governo.

A mudança, segundo a Casa Civil, pode gerar um efeito contábil negativo de 125 bilhões de reais no resultado primário de 2025, valor referente à cobertura de resultado negativo do BC, inviabilizando o cumprimento do arcabouço fiscal. Atualmente, esses repasses não geram efeito no resultado primário.

A proposta, que dá um passo além da autonomia operacional do BC, em vigor desde 2021, é defendida pela maioria dos membros da diretoria da autoridade monetária, mas criticada pelo governo Lula.

O texto altera o regime jurídico da autarquia para transformá-la em empresa pública de natureza especial com autonomia orçamentária e financeira. Com a medida, o orçamento do órgão seria financiado por receitas próprias, deixando de depender de repasses do Tesouro Nacional.

Na última terça-feira, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), indicou que o tema não deve ser avaliado no plenário da Casa no curto prazo caso haja aprovação pela CCJ, ao defender um debate "mais aprofundado e alongado" sobre a proposta, citando questionamentos feitos pelo governo à iniciativa.

Lula vinha fazendo reiteradas críticas ao BC e ao modelo de autonomia operacional, com foco em ataques contra o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, indicado pelo governo Jair Bolsonaro. O presidente interrompeu as críticas na última semana em meio a uma rápida desvalorização do real, que refletia em parte as incertezas geradas por suas declarações.

A PEC da autonomia financeira também já foi alvo de questionamentos do ministro de Haddad, que disse em março que não concordava com pontos do texto e que o BC deveria ter dialogado com o governo antes de sair em defesa da proposta.

Em artigo publicado na última terça-feira (9) no *site* Poder360, os diretores do BC Ailton Aquino, Diogo Guillen, Otávio Damaso e Renato Gomes defenderam a aprovação da PEC, argumentando que a medida assegura recursos para "manutenção da excelência" do órgão e ampliação da agenda de inovação.

A proposta também é defendida enfaticamente por Campos Neto e foi elogiada pelo diretor de Assuntos Internacionais, Paulo Picchetti. O diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, porém, que é cotado à presidência do órgão a partir de 2025, levantou dúvidas sobre o texto em março deste ano. **(Reuters)**

> **"Então, quero propor que a gente possa construir um texto que atenda o ponto central da proposta, que é a autonomia financeira e admistrativa, e não misture as coisas, não com transformação do BC em empresa"**
>
> Jaques Wagner



O líder do governo do Senado, Jaques Wagner, afirmou que não concorda com a transformação do BC em empresa pública FOTO: EDISON RODRIGUES / AGÊNCIA SENADO

INVESTIMENTOS

Mercado Pago inicia oferta de LCI e LCA

São Paulo - O Mercado Pago, banco digital do Mercado Livre, iniciou ontem a oferta de Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e de Crédito do Agronegócio (LCA) para toda a base de clientes, ampliando seu portfólio de produtos de investimentos.

Atualmente, o Mercado Pago oferta em seu aplicativo Certificados de Depósito Bancários (CDB) e três fundos de investimentos, além de uma conta remunerada.

O Mercado Pago está oferecendo letras com vencimento de nove, 12 e 24 meses, com rendimentos de, respectivamente, 92%, 93% e 96% do CDI, taxa de referência para investimentos no País, conforme comunicado da companhia.

A companhia encerrou o primeiro trimestre com US$ 5,5 bilhões em ativos sob gestão na América Latina, alta de cerca de 90% ano contra ano, com o Brasil sendo seu principal mercado.

"Com esse crescimento, fica cada vez mais importante trazer esses novos produtos para os usuários, que cada vez mais estão usando o Mercado Pago como seu banco", disse o vice-presidente de banco digital da empresa, Ignácio Estivariz, à Reuters.

O Mercado Pago também atua como adquirente.

A adição ocorre mesmo após o Conselho Monetário Nacional (CMN) anunciar no início do ano mudanças nas regras das LCIs e LCAs, incluindo uma elevação dos prazos mínimos de vencimento.

O montante emitido de LCIs no mercado entre fevereiro e o final de junho caiu aproximadamente 42% frente ao mesmo período do ano passado, enquanto para a LCAs a queda foi de cerca de 31%, de acordo com dados da Anbima, associação de entidades do mercado de capitais.

Estivariz disse que o Mercado Pago decidiu ofertar as LCIs e LCAs, que são isentas de Imposto de Renda para pessoa física e elegíveis para garantia do Fundo Garantidor de Crédito, após pesquisa interna com os usuários.

Ao ser questionado sobre as mudanças nas regras desses ativos, ele disse que elas "podem ter um impacto" na demanda, mas destacou que segue vendo esses produtos como uma "boa alternativa".

Por enquanto, as LCAs e LCIs não servirão de fonte de financiamento ao Mercado Pago, já que, diferentemente dos CDBs, não serão emitidos pelo grupo, que apenas distribuirá as letras de terceiros por meio da distribuidora Nikos DTVM. **(Reuters)**

CRÉDITO

BNDES libera linha de R$ 15 bilhões no RS

Rio de Janeiro - As instituições financeiras parceiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) iniciaram ontem as contratações de crédito com pessoas jurídicas de direito privado de todos os portes, incluindo cooperativas, produtores rurais, transportadores autônomos de carga e empresários individuais do Rio Grande do Sul. As linhas de crédito têm valor total de R$ 15 bilhões.

Os créditos serão dirigidos àqueles com negócios em áreas efetivamente atingidas pelos eventos climáticos extremos e que tenham sofrido perdas materiais, conforme delimitação georreferenciada realizada pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência (Dataprev), conforme portaria do Ministério da Fazenda de 4 de julho deste ano.

O Programa BNDES Emergencial para o Rio Grande do Sul tem como finalidade viabilizar a manutenção da capacidade produtiva, o emprego e a renda para empreendimentos afetados pelos fenômenos climáticos.

São oferecidas três linhas de crédito: financiamento à aquisição de máquinas e equipamentos para recompor a capacidade produtiva; investimento e reconstrução, para financiamento a projetos de investimento, como construção ou reforma de fábricas, galpões, armazéns, estabelecimentos comerciais, e capital de giro, para apoio financeiro às necessidades imediatas, como pagamento da folha e de fornecedores, recomposição de estoques e demais gastos para a manutenção e retomada das atividades.

Juros - A linha Máquinas e Equipamentos tem taxa de juros de até 0,6% ao mês, prazo de pagamento de até cinco anos, com até um ano de carência, e valor máximo de crédito por cliente de até R$ 300 milhões. Na linha Investimento e Reconstrução, a taxa de juros é de até 0,6% ao mês, com prazo de pagamento até dez anos, com até dois anos de carência, e valor máximo de crédito por cliente de até R$ 300 milhões. E na linha Capital de Giro, a taxa de juros é de até 0,9% ao mês, o prazo de pagamento de até cinco anos, com até um ano de carência, e o valor máximo de crédito por cliente de até R$ 400 milhões.

A diretora de Crédito Digital para Pequenas e Médias Empresas do banco, Maria Fernanda Coelho, lembrou que "o banco não tem poupado esforços e trabalho para a reconstrução econômica do Rio Grande do Sul, recuperando os empregos, salários e reconstruindo com plenitude a vida da população gaúcha". **(ABr)**

Bovespa

Movimento do Pregão 10/07

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em alta de +0,09% ao marcar 127218,24 pontos, com volume financeiro negociado de R$ 20.234.781.547. As maiores altas foram SANTANENSE PN, CEMEPE PN, SANTANENSE ON, TECNISA ON e ALLIAR ON. As maiores baixas VIVEO ON, AGROGALAXY ON, ALPARGATAS ON, PLASCAR PART ON e COMGAS PNA.

Pregão do dia 09/07

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	1.515.639	840.416	39,05	13.818.238,93	84,55
FRACIONARIO	275.187	3.579	0,16	61.253,35	0,37
DEMAIS ATIVOS	588.591	823.252	38,25	1.396.427,65	8,54
TOTAL A VISTA	2.379.414	1.667.248	77,47	15.275.914,73	93,47
EX OPC COMPRA	2	-	0,00	8,37	0,00
TERMO	563	5.207	0,24	80.256,09	0,49
OPCOES COMPRA	117.386	245.548	11,41	259.505,09	1,58
OPCOES VENDA	111.987	217.244	10,09	146.756,50	0,89
OPC.COMP.INDICE	276	20	0,00	38.731,32	0,23
OPC.VEND.INDICE	342	22	0,00	42.311,57	0,25
TOTAL DE OPCOES	229.991	462.835	21,50	487.304,49	2,98
BOVESPAFIX	2.054	147	0,00	12.928,81	0,07
TOTAL GERAL	2.772.466	2.151.887	100,00	16.341.492,13	100,00
PARTIC. AFTER MARKET	11.446	6.523	0,30	47.680,50	0,29
PARTIC. NOVO MERCADO	1.296.102	822.574	38,22	8.620.750,46	52,75
PARTIC. NIVEL 1	273.862	173.450	8,06	1.962.873,49	12,01
PARTIC. NIVEL 2	312.566	289.210	13,43	3.182.050,53	19,47
PARTIC BALCÃO ORGANIZADO	37	-	0,00	64,26	0,00
PARTIC. MAIS	558	77	0,00	1.116,94	0,00
PARTIC. IBOVESPA	1.153.008	668.461	31,06	12.348.136,10	75,56
PARTIC. IBrX 50	872.420	479.548	22,28	10.585.679,58	64,77
PARTIC. IBrX 100	1.242.207	699.964	32,52	12.717.733,78	77,82
PARTIC. IBrA	1.472.252	818.835	38,05	13.720.522,19	83,96
PARTIC. MIDLARGE	926.312	472.390	21,95	10.752.007,32	65,79
PARTIC. SMALL	544.618	346.926	16,12	2.964.806,58	18,14
PARTIC. ISE	851.296	469.771	21,83	7.429.765,52	45,46
PARTIC. ICO2	1.004.291	553.636	25,72	10.294.110,59	62,99
PARTIC. IEE	163.595	58.930	2,73	1.232.110,20	7,53
PARTIC. INDX	327.044	152.569	7,09	2.754.468,28	16,85
PARTIC. ICONSUMO	481.612	337.296	15,67	3.354.781,52	20,52
PARTIC. IMOBILIARIO	92.591	32.452	1,50	462.718,44	2,83
PARTIC. IFINANCEIRO	226.914	133.494	6,20	2.617.425,31	16,01
PARTIC. IMAT	136.303	57.173	2,65	1.487.990,49	9,10
PARTIC. UTIL	216.959	75.116	3,49	1.938.264,16	11,86
PARTIC. IVBX 2	659.642	306.940	14,26	5.879.252,32	35,97
PARTIC. IGC	1.441.124	790.903	36,75	13.185.990,69	80,69
PARTIC. IGCT	1.414.140	778.630	36,18	13.130.872,19	80,35
PARTIC. IGNM	1.030.566	558.659	25,96	8.344.110,01	51,06
PARTIC. ITAG ALONG	1.373.886	769.170	35,74	12.790.711,06	78,27
PARTIC. IDIV	459.054	229.193	10,65	4.938.670,37	30,22
PARTIC. IFIX	346.086	6.877	0,31	178.636,27	1,09
PARTIC. BDRX	63.751	10.234	0,47	307.744,37	1,88
PARTIC. IFIL	294.620	6.150	0,28	157.636,18	0,96
PARTIC. IGPTW B3	476.013	284.927	13,24	4.555.914,63	27,87
PARTIC. IAGRO-FFS B3	244.968	145.685	6,77	1.938.224,19	11,86
PARTIC. IBOV SD TR	305.659	154.037	7,15	3.794.849,69	23,22
PARTIC. IDIVERSA B3	783.876	468.769	21,78	8.766.928,38	53,64

Mercado à vista

LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
5GTK11	INVESTO 5GTK	CI	111,22	109,09	112,39	109,41	109,09	-1,91↓	107,04	109,09	21	178
A1AP34	ADVANCE AUTO	DRN	20,04	20,04	20,30	20,09	20,30	0,04↑	19,74	21,25	3	13
A1CR34	AMCOR PLC	DRN	52,07	52,07	52,07	52,07	52,07	-0,40↓	49,75	56,00	1	1
A1DI34	ANALOG DEVIC	DRN	-	-	-	-	-	-	6,29	-	-	-
A1DM34	ARCHER DANIE	DRN	342,01	342,01	345,80	344,18	345,80	1,11↑	325,00	350,00	4	37
A1EE34	AMEREN CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	90,00	-	-	-
A1EG34	AEGON LTD	DRN	33,80	33,80	33,80	33,80	33,80	-0,64↓	33,77	-	1	12
A1EN34	ALLIANT ENER	DRN	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-
A1EP34	AMERICAN ELE	DRN	237,84	236,85	239,47	238,99	238,08	-0,58↓	100,00	-	8	2.204
A1ES34	AES CORP	DRN	95,90	95,90	95,90	95,90	95,90	-3,22↓	92,80	108,26	1	2
A1FL34	AFLAC INC	DRN	-	-	-	-	-	-	48,60	-	-	-
A1GI34	AGILENT TECH	DRN ED	-	-	-	-	-	-	33,83	-	-	-
A1GN34	ALLEGION PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	31,18	-	-	-
A1IV34	APARTMENT IN	DRN	44,20	44,20	44,73	44,46	44,73	-0,06↓	41,00	47,23	2	2
A1JG34	ARTHUR J GAL	DRN	-	-	-	-	-	-	7,16	-	-	-
A1KA34	AKAMAI TECHN	DRN	-	-	-	-	-	-	39,25	-	-	-
A1LB34	ALBEMARLE CO	DRN	21,92	20,60	21,92	20,92	20,60	-9,25↓	20,60	20,68	71	2.107
A1LG34	ALIGN TECHNO	DRN	-	-	-	-	-	-	334,00	442,13	-	-
A1LL34	BREAD FINAN	DRN	60,60	60,60	62,28	62,13	62,22	0,77↑	61,86	65,50	3	117
A1LN34	ALNYLAM PHAR	DRN	69,27	69,27	69,30	69,27	69,30	0,71↑	-	-	2	230
A1MD34	ADVANCED MIC	DRN	121,97	118,59	122,93	119,99	120,11	-1,54↓	119,40	120,11	627	53.339
A1ME34	AMETEK INC	DRN	-	-	-	-	-	-	3,72	41,00	-	-
A1MP34	AMERIPRISE F	DRN	585,22	585,22	586,05	585,61	586,05	-0,57↓	5,87	-	11	23
A1MT34	APPLIED MATE	DRN	134,98	134,92	137,17	136,16	136,03	1,46↑	136,03	137,21	46	7.664
A1NE34	ARISTA NETWO	DRN	508,98	497,76	513,06	499,97	497,76	-1,72↓	444,82	-	13	676
A1NS34	ANSYS INC	DRN	-	-	-	-	-	-	0,44	-	-	-
A1PA34	APA CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	145,00	-	-	-
A1PH34	AMPHENOL COR	DRN	-	-	-	-	-	-	1,86	-	-	-
A1RE34	ALEXANDRIA R	DRN	158,88	158,08	158,88	158,75	158,08	-0,90↓	139,74	198,00	5	26
A1RG34	ARGENX SE	DRN	-	-	-	-	-	-	78,80	-	-	-
A1SN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	26,43	-	-	-
A1TH34	AUTOHOME INC	DRN ED	15,00	14,11	15,00	14,11	14,80	-1,31↓	14,10	14,80	17	2.330
A1TT34	ALLSTATE COR	DRN	36,93	36,40	36,93	36,67	36,40	-1,22↓	-	40,00	3	19
A1UT34	AUTODESK INC	DRN	330,82	329,12	331,16	329,93	330,14	-2,99↓	299,92	400,00	6	52
A1VB34	AVALONBAY CO	DRN	276,08	276,08	279,16	276,50	277,48	0,50↑	276,08	-	6	16
A1WK34	AMERICAN WAT	DRN	-	-	-	-	-	-	157,66	-	-	-
A1ZN34	ASTRAZENECA	DRN	70,14	69,03	70,14	70,07	69,03	-1,58↓	69,03	70,14	8	532
A2FY34	AFYA LTD	DRN	48,33	48,33	48,50	48,41	48,50	0,35↑	38,01	-	2	2
A2LC34	ALCON INC	DRN	-	-	-	-	-	-	46,00	-	-	-
A2MB34	AMBARELLA IN	DRN	13,12	13,00	13,12	13,09	13,00	-2,91↓	12,90	-	2	4
A2RE34	ARES MANAGEM	DRN	73,39	73,39	73,39	73,39	73,39	-1,76↓	-	-	1	45
A2RR34	ARROWHEAD PH	DRN	17,24	17,24	17,24	17,24	17,24	-3,57↓	8,55	-	1	2
AAGO34	ANGLOAMERICA	DRN	-	-	-	-	-	-	40,00	-	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	60,44	59,45	60,44	59,64	59,64	-0,40↓	59,46	62,00	15	1.335
AALR3	ALLIAR	ON NM	13,50	13,50	14,63	14,08	14,63	9,26↑	14,63	14,65	365	88.800
AAPL34	APPLE	DRN	62,39	61,60	62,45	61,94	61,84	-0,54↓	61,84	61,91	1.639	147.404
ABBV34	ABBVIE	DRN	57,42	56,50	57,42	56,86	56,94	-0,62↓	56,76	58,60	9	146
ABCB4	ABC BRASIL	PN EJ N2	22,67	22,31	22,67	22,44	22,49	-0,79↓	22,49	22,56	1.762	322.500
ABEV3	AMBEV S/A	ON	11,25	11,18	11,30	11,25	11,25	=	11,25	11,27	19.240	25.672.400
ABGD39	ABDEN GOLD	DRE	-	-	-	-	-	-	39,95	-	-	-
ABTT34	ABBOTT	DRN	46,00	45,81	46,00	45,95	45,81	-1,58↓	45,81	49,94	3	19
ABUD34	AB INBEV	DRN	-	-	-	-	-	-	52,00	56,45	-	-
ACNB34	ACCENTURE	DRN	-	-	-	-	-	-	1.490,00	1.770,00	-	-
ACWI11	TREND ACWI	CI	13,08	12,90	13,08	12,92	12,91	-0,99↓	12,90	12,92	146	87.240
ADBE34	ADOBE INC	DRN	63,17	60,90	63,17	61,48	61,51	-2,42↓	61,47	63,40	146	18.290
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN	53,55	53,55	53,55	53,55	53,55	-1,01↓	45,98	-	1	1
AERI3	AERIS	ON NM	6,27	6,23	6,49	6,34	6,49	2,04↑	6,41	6,49	455	177.500
AESB3	AES BRASIL	ON NM	11,37	11,35	11,40	11,38	11,40	0,26↑	11,38	11,40	4.782	6.068.000
AFLT3	AFLUENTE T	ON	7,38	7,16	7,38	7,21	7,16	-2,98↓	7,17	7,25	11	1.300
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	50,01	50,01	50,05	50,01	50,05	0,16↑	50,05	50,84	2	5
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	26,83	26,65	27,20	26,90	26,83	-0,37↓	26,81	26,83	1.096	187.900
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	1,73	1,72	1,89	1,81	1,79	7,83↑	1,79	1,80	1.278	1.376.300
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	35,00	40,00	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	21,21	35,00	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	22,50	35,00	-	-
AIGB34	AIG GROUP	DRN	412,50	412,50	412,50	412,50	412,50	2,35↑	-	417,00	1	1
AIRB34	AIRBNB	DRN	41,64	41,28	42,40	41,82	41,34	-0,50↓	40,00	42,17	38	9.805
ALLD3	ALLIED	ON NM	7,89	7,71	7,89	7,80	7,80	-1,14↓	7,71	7,80	251	67.200
ALOS3	ALLOS	ON NM	21,87	21,87	22,13	22,05	22,13	0,59↑	22,09	22,16	7.535	2.895.100
ALPA3	ALPARGATAS	ON N1	9,20	9,20	10,00	9,61	10,00	10,37↑	9,46	10,20	62	8.700
ALPA4	ALPARGATAS	PN N1	9,24	9,15	9,53	9,40	9,50	2,81↑	9,48	9,51	6.200	2.235.200
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	3,45	3,29	3,45	3,39	3,45	1,47↑	3,40	3,45	690	103.800
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	37,58	37,16	37,67	37,33	37,27	-1,06↓	37,26	37,27	92	2.579
ALUP11	ALUPAR	UNT N2	30,76	30,65	31,18	31,04	31,18	1,36↑	31,06	31,20	3.212	646.900
ALUP3	ALUPAR	ON N2	10,47	10,47	10,60	10,54	10,60	1,43↑	10,52	10,60	35	3.600
ALUP4	ALUPAR	PN N2	10,14	10,12	10,25	10,18	10,24	0,98↑	10,13	10,23	60	7.500
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	1,48	1,44	1,52	1,46	1,47	-0,67↓	1,45	1,47	1.017	1.015.900
AMBP3	AMBIPAR	ON NM	18,69	18,42	20,50	19,74	20,34	5,66↑	20,34	20,40	10.369	5.043.600
AMGN34	AMGEN	DRN	60,40	60,40	60,40	60,40	60,40	-1,04↓	60,63	-	1	1
AMZO34	AMAZON	DRN	54,55	53,92	54,59	54,24	54,08	-0,69↓	54,02	54,08	1.845	166.225
ANIM3	ANIMA	ON NM	3,65	3,58	3,82	3,73	3,82	4,37↑	3,81	3,83	3.681	3.926.300
APER3	ALPER S.A.	ON	-	-	-	-	-	-	45,88	46,80	-	-
APTI3	ALIPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTI4	ALIPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
ARML3	ARMAC	ON EDJ NM	10,75	10,59	10,93	10,79	10,82	0,65↑	10,81	10,82	2.652	907.300
ARMT34	ARCELOR	DRN	62,00	60,72	62,00	61,42	60,72	-3,29↓	60,72	60,78	58	7.270
ARNC34	HOWMET AERO	DRN	438,83	438,83	438,83	438,83	438,83	-0,62↓	-	-	2	561
ARZZ3	AREZZO CO	ON NM	53,34	53,03	54,28	53,92	53,95	1,56↑	53,88	53,95	8.440	1.932.900
ASAI3	ASSAI	ON NM	11,62	11,45	11,73	11,54	11,48	-1,28↓	11,48	11,49	19.760	14.468.900
ASML34	ASML HOLD	DRN	106,93	104,44	107,36	105,34	105,31	-1,51↓	104,50	105,31	83	15.137
ATOM3	ATOMPAR	ON	2,02	2,02	2,04	2,02	2,04	-0,97↓	2,01	2,04	9	2.700
ATTB34	ATT INC	DRN ED	34,18	32,20	34,33	34,16	33,94	-0,09↓	33,51	34,22	708	2.915
AURA33	AURA 360	DR3	52,00	52,00	53,61	53,08	53,61	1,76↑	53,14	53,75	3.274	86.585
AURE3	AUREN	ON NM	12,32	12,30	12,46	12,38	12,40	0,48↑	12,40	12,41	8.889	3.744.600
AVGO34	BROADCOM INC	DRN	136,78	132,02	137,52	134,29	134,00	-2,01↓	132,85	135,59	325	11.308
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	3,20	3,18	3,28	3,23	3,28	-1,50↓	3,20	3,28	9	2.400
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN ED	128,05	127,85	128,80	128,11	128,80	0,35↑	119,97	128,96	7	82
AZEV3	AZEVEDO	ON	1,58	1,54	1,60	1,56	1,56	-0,63↓	1,56	1,57	468	728.200
AZEV4	AZEVEDO	PN	1,55	1,52	1,58	1,54	1,54	=	1,54	1,55	842	2.688.500
AZOI34	AUTOZONE INC	DRN	69,56	69,56	69,56	69,56	69,56	-1,24↓	69,50	73,44	1	2
AZUL4	AZUL	PN N2	8,59	8,53	9,03	8,86	8,90	3,12↑	8,90	8,91	14.558	15.995.300
B1AM34	BROOKFIELD C	DRN	58,23	57,90	58,38	58,26	58,38	0,32↑	56,17	60,96	6	272
B1AX34	BAXTER INTER	DRN	-	-	-	-	-	-	90,00	98,15	-	-
B1BW34	BATHBODY	DRN	-	-	-	-	-	-	-	62,12	-	-
B1CS34	BARCLAYS PLC	DRN	60,54	60,36	65,00	60,96	65,00	3,60↑	60,30	-	5	79
B1FC34	BROWN FORMAN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	245,75	-	-
B1GN34	BEIGENE LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	30,80	34,94	-	-
B1IL34	BILIBILI INC	DRN	18,07	18,02	18,60	18,17	18,46	2,21↑	13,97	19,01	10	1.568
B1KR34	BAKER HUGHES	DRN	-	-	-	-	-	-	172,01	196,32	-	-
B1NT34	BIONTECH SE	DRN	27,74	27,18	27,74	27,41	27,44	-0,03↓	27,06	28,05	6	1.124
B1PP34	BP PLC	DRN	48,88	47,25	48,88	47,99	47,25	-5,40↓	47,18	47,61	65	3.140
B1SA34	BANCO SANTAN	DRN	52,65	52,45	52,65	52,46	52,45	0,67↑	48,25	54,00	4	23
B1SX34	BOSTON SCIEN	DRN	414,12	414,12	414,12	414,12	414,12	-1,00↓	-	420,00	1	7
B1TI34	BRITISH AMER	DRN	34,47	34,40	34,67	34,50	34,59	-0,14↓	34,55	41,60	23	520
B1WA34	BORGWARNER I	DRN	-	-	-	-	-	-	156,95	-	-	-
B2HI34	BILL HOLD	DRN	1,56	1,51	1,58	1,52	1,53	-1,29↓	1,51	1,63	18	18.538
B2LN34	BLACKLINE IN	DRN	21,80	21,28	21,80	21,50	21,34	-15,58↓	-	27,00	12	78
B2YN34	BEYOND MEAT	DRN	1,91	1,89	1,91	1,90	1,91	=	1,89	1,91	20	252
B3SA3	B3	ON NM	10,68	10,56	10,74	10,65	10,62	-0,65↓	10,61	10,63	26.622	23.189.700
BAAX39	MSCI ASIA JP	DRE	40,23	40,01	40,23	40,10	40,03	-0,91↓	40,02	43,99	1.324	2.405
BABA34	ALIBABAGR	DRN	14,34	14,34	14,71	14,52	14,62	2,23↑	14,61	14,65	557	220.887
BACW39	MSCI ACWI	DRE	62,50	62,06	62,50	62,26	62,06	-0,94↓	62,00	62,87	41	23.988
BAER39	US AEROSPACE	DRE	36,39	36,03	36,39	36,27	36,03	-1,85↓	35,67	36,39	2	3
BAHI3	BAHEMA	ON MA	6,26	6,26	6,61	6,40	6,41	3,38↑	6,41	6,72	5	2.000
BAIQ39	GX AI TECH	DRE	66,68	66,45	66,68	66,45	66,54	-0,99↓	52,98	-	4	9.302
BALM3	BAUMER	ON	-	-	-	-	-	-	10,10	12,49	-	-
BALM4	BAUMER	PN	10,25	10,25	10,25	10,25	10,25	1,88↑	10,06	10,29	1	100
BAOA39	BKR AGR ALOC	DRE ED	-	-	-	-	-	-	63,98	-	-	-
BAOK39	BKR CSV ALOC	DRE ED	-	-	-	-	-	-	46,98	-	-	-
BAOM39	BKR MOD ALOC	DRE ED	-	-	-	-	-	-	54,98	-	-	-
BAOR39	BKR GRO ALOC	DRE ED	-	-	-	-	-	-	56,98	-	-	-
BAUH4	EXCELSIOR	PN	-	-	-	-	-	-	77,51	79,49	-	-
BAZA3	AMAZONIA	ON	96,01	96,01	99,40	98,76	99,40	0,40↑	96,02	99,40	10	1.200
BBAS3	BRASIL	ON NM	26,28	25,99	26,28	26,13	26,20	-0,34↓	26,18	26,20	48.832	17.999.100
BBCN39	JP BTB CANAD	DRE	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00	-3,93↓	-	-	1	2
BBDC3	BRADESCO	ON EJ N1	11,32	11,22	11,41	11,33	11,35	0,08↑	11,35	11,38	5.977	4.933.900
BBDC4	BRADESCO	PN EJ N1	12,42	12,35	12,56	12,47	12,46	=	12,46	12,47	19.129	18.547.800
BBOI11	BB ETF BOI G	CI	7,52	7,50	7,64	7,54	7,50	-1,96↓	7,50	7,60	178	18.703
BBOV11	BB ETF IBOV	CI	65,60	65,60	66,30	65,71	66,30	0,65↑	65,80	66,50	10	231
BBSD11	BB ETF SP DV	CI	106,84	106,84	107,37	106,97	107,22	0,35↑	107,22	109,00	7	15
BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	33,18	33,01	33,30	33,13	33,25	0,18↑	33,24	33,25	13.350	4.056.600
BBUG39	GX CYBERSECT	DRE	52,75	52,75	53,10	53,01	53,10	-1,86↓	44,98	54,20	2	13
BCHI39	MSCI CHINA	DRE	28,93	28,93	29,08	29,00	29,07	0,34↑	28,97	30,00	10	3.008
BCIC11	B INDEX CICL	CI	117,89	117,89	117,89	117,89	117,89	0,70↑	117,89	121,40	1	100
BCLO39	GX CLOUD CPT	DRE	-	-	-	-	-	-	28,99	-	-	-
BCOM39	BKR COMT ROL	DRE	49,34	49,20	49,45	49,41	49,20	-1,69↓	48,11	52,20	3	104
BCPX39	GX COPPER MN	DRE	51,60	51,55	51,60	51,58	51,55	-2,18↓	43,98	-	3	16
BCSA34	SANTANDER	DRN	26,00	25,41	26,00	25,71	25,41	-3,20↓	25,40	25,75	64	1.946
BCWV39	MSCIGLMIVOLF	DRE	-	-	-	-	-	-	52,98	61,00	-	-
BDEF11	B INDEX DEFE	CI	121,89	121,89	121,89	121,89	121,89	0,71↑	121,89	140,15	1	100
BDOM11	INVESTO BDOM	CI	107,04	107,04	108,12	107,80	108,12	0,91↑	108,11	129,88	116	413
BDVD39	GX SUPDIV US	DRE ED	-	-	-	-	-	-	46,00	-	-	-
BDVY39	SELECT DIVID	DRE	65,88	65,20	65,88	65,44	65,37	-0,77↓	64,70	73,83	10	1.270
BEDC39	GX TLMEDC DH	DRE	-	-	-	-	-	-	18,99	30,01	-	-
BEEF3	MINERVA	ON NM	6,85	6,75	6,92	6,79	6,76	-1,88↓	6,75	6,76	3.966	3.866.800
BEEM39	MSCI EMGMARK	DRE	39,61	39,61	39,66	39,65	39,62	-0,82↓	35,90	40,55	3	1.068
BEES3	BANESTES	ON EJ	9,05	9,01	9,06	9,03	9,01	-0,44↓	9,00	9,02	37	4.700
BEES4	BANESTES	PN EJ	9,76	9,65	9,76	9,68	9,67	-1,02↓	9,61	9,70	16	2.400
BEFA39	MSCI EAFE	DRE	-	-	-	-	-	-	49,98	-	-	-
BEFG39	MSCIEAFEGROW	DRE	55,96	55,96	55,96	55,96	55,96	-1,68↓	50,98	-	1	4.081
BEFV39	MSCIEAFEVALU	DRE	48,70	48,49	48,70	48,49	48,49	-1,86↓	42,99	-	2	1.742
BEGD39	TRTMSCI EAFE	DRE	-	-	-	-	-	-	53,03	-	-	-
BEGE39	INC ESG AWAR	DRE	46,81	46,81	46,81	46,81	46,81	-0,40↓	46,85	47,00	1	10
BEGU39	TRUSTMSCI US	DRE	66,24	66,24	66,24	66,24	66,24	-0,45↓	46,82	-	2	254
BEMV39	MSCIEMMRKMI	DRE	52,54	52,51	52,54	52,53	52,51	-1,11↓	-	-	3	3.000
BERK34	BERKSHIRE	DRN	112,10	111,30	112,19	111,66	111,54	-0,29↓	111,40	111,54	223	22.449
BEWA39	MSCIAUSTRALI	DRE	44,97	44,97	45,07	44,98	45,07	-0,79↓	43,35	48,96	2	17
BEWC39	MSCI CANADA	DRE	-	-	-	-	-	-	48,45	54,74	-	-
BEWG39	MSCI GERMANY	DRE	-	-	-	-	-	-	54,86	59,55	-	-
BEWH39	MSCIHONGKONG	DRE	27,26	27,25	27,26	27,25	27,25	-1,16↓	26,50	-	2	204
BEWJ39	MSCI JAPAN	DRE	47,71	47,43	47,71	47,45	47,46	-0,46↓	47,42	49,36	14	8.021
BEWL39	MSCI SWITZER	DRE	-	-	-	-	-	-	48,90	55,02	-	-
BEWQ39	MSCI FRANCE	DRE	-	-	-	-	-	-	50,05	56,54	-	-
BEWT39	MSCI TAIWAN	DRE	-	-	-	-	-	-	45,09	-	-	-
BEWU39	MSCI UK	DRE	63,83	63,77	63,83	63,79	63,77	-2,68↓	60,10	67,69	4	21
BEWW39	MSCI MEXICO	DRE	79,96	79,84	79,98	79,95	79,98	0,10↑	-	-	8	44
BEWY39	MSCISOUTHKOR	DRE	46,53	46,53	46,53	46,53	46,53	-0,57↓	37,99	50,02	1	300
BEZU39	MSCIEUROZONE	DRE	-	-	-	-	-	-	60,98	-	-	-
BFAV39	MSCIMINVOL F	DRE	-	-	-	-	-	-	42,99	-	-	-
BGIP3	BANESE	ON	-	-	-	-	-	-	24,20	25,00	-	-
BGIP4	BANESE	PN	22,80	22,80	22,90	22,88	22,90	0,43↑	22,60	22,90	3	700
BGLC39	BKR GLOB100	DRE	-	-	-	-	-	-	67,15	-	-	-
BGNO39	GX GENOMBIOT	DRE	-	-	-	-	-	-	23,99	-	-	-
BGOV39	BKR US TREAS	DRE ED	41,22	40,98	41,24	41,12	40,98	-1,01↓	39,99	44,00	5	62
BGRT39	GLOBAL REIT	DRE	42,40	42,40	42,40	42,40	42,40	-0,46↓	38,99	42,60	1	4
BGWH39	COREDIVGROWT	DRE	63,15	62,57	63,15	62,77	62,57	-1,15↓	52,00	-	5	165
BHDV39	BKR CORE HDV	DRE	-	-	-	-	-	-	50,00	-	-	-
BHEF39	CURHEDGEMSCI	DRE ED	47,65	47,65	47,65	47,65	47,65	-2,55↓	42,99	-	1	907
BHEW39	BKR CH JAPAN	DRE ED	60,57	60,54	60,57	60,55	60,55	-0,27↓	-	-	5	890
BHIA3	CASAS BAHIA	ON NM	5,68	5,67	5,84	5,77	5,75	1,23↑	5,75	5,77	2.175	2.319.900
BHYG39	BKR IBOXX HY	DRE ED	52,64	52,29	52,64	52,30	52,40	-0,98↓	46,83	52,40	5	757
BIAU39	GOLD TRUST	DRE	60,62	60,44	60,70	60,53	60,48	-0,78↓	60,40	61,05	11	278
BIBB39	ICE BIOTECH	DRE	-	-	-	-	-	-	44,70	56,99	-	-
BICL39	BKR GL CLEAN	DRE	37,10	37,10	37,10	37,10	37,10	-1,01↓	-	-	3	248
BIDN39	BKR GENO IMM	DRE	-	-	-	-	-	-	56,98	-	-	-
BIDR39	BKR SELFDRIV	DRE	-	-	-	-	-	-	43,99	-	-	-
BIDU34	BAIDU INC	DRN	34,46	34,24	37,24	36,15	36,81	7,03↑	36,40	37,14	49	13.410
BIEF39	COREMSCIEAFE	DRE	49,98	49,84	49,98	49,85	49,84	-1,65↓	49,78	-	4	103
BIEI39	BKR 3 7 YRTR	DRE ED	-	-	-	-	-	-	50,98	-	-	-
BIEM39	COREMSCI EMK	DRE	49,94	49,70	49,94	49,74	49,75	-0,10↓	49,52	51,12	3	12
BIEU39	COREMSCI EUR	DRE	52,18	51,92	52,18	52,01	52,02	-1,84↓	51,96	54,27	10	2.941
BIEV39	EUROPE ETF	DRE	-	-	-	-	-	-	55,98	-	-	-
BIFR39	BKR US INFRA	DRE	-	-	-	-	-	-	69,98	-	-	-
BIGF39	GLOBAL INFRA	DRE	65,99	65,99	65,99	65,99	65,99	-1,18↓	63,69	-	1	432
BIGS39	BKR 1 5YGRCO	DRE ED	-	-	-	-	-	-	53,98	-	-	-
BIHA39	BKR CYBTECH	DRE	82,48	82,48	82,48	82,48	82,48	-6,10↓	69,98	-	1	6
BIHI39	USMEDICDEVIC	DRE	-	-	-	-	-	-	7,10	-	-	-
BIIB34	BIOGEN	DRN	206,01	206,01	206,01	206,01	206,01	-	174,52	236,43	1	5
BIJH39	CORE MIDCAP	DRE	-	-	-	-	-	-	14,00	-	-	-
BIJR39	CORESMALLCAP	DRE	73,00	71,58	73,00	71,66	71,58	-1,10↓	61,98	71,56	7	212
BIJS39	BKR SPSM600V	DRE	65,52	65,52	65,52	65,52	65,52	-2,80↓	-	-	1	32
BILB34	BILBAOVIZ	DRN	-	-	-	-	-	-	51,00	60,00	-	-
BIOM3	BIOMM	ON MA	14,68	14,55	15,16	14,87	14,65	0,96↑	14,64	14,80	438	71.700
BIRB39	BKR ROBT AIM	DRE	-	-	-	-	-	-	77,97	-	-	-
BITO39	CORE SP TOTA	DRE	65,91	65,46	66,15	65,73	65,47	-0,80↓	62,50	65,69	3.413	19.107
BIVB39	CORE SP 500	DRE	76,49	75,58	76,56	75,71	75,60	-0,96↓	75,54	76,06	3.130	31.163
BIVE39	SP500 VALUE	DRE	66,37	65,58	67,11	65,69	65,58	-1,19↓	60,50	-	24	3.546
BIVW39	SP500GROWTH	DRE	64,99	64,97	65,01	64,97	64,97	-0,94↓	53,98	-	5	6.112
BIWF39	RUSSEL1000GR	DRE	82,36	82,36	82,36	82,36	82,36	-0,79↓	74,99	-	1	36
BIWM39	RUSSELL 2000	DRE	54,81	54,55	54,81	54,57	54,55	-1,71↓	54,45	58,30	3	1.001
BIXC39	BKR GLB ENER	DRE	55,60	55,26	55,60	55,47	55,26	-2,02↓	53,23	-	129	80.800
BIXG39	BKR GL FIN	DRE	-	-	-	-	-	-	48,98	-	-	-
BIXJ39	GLOBALHEALTH	DRE	62,73	62,73	62,73	62,73	62,73	-0,57↓	51,98	65,00	1	230
BIXN39	GLOBAL TECH	DRE	15,76	15,63	15,76	15,63	15,63	-1,20↓	15,50	16,06	2	40.001
BIXU39	BKR TI STOCK	DRE	62,50	62,50	62,50	62,50	62,50	-0,79↓	62,15	-	1	100
BIYE39	BKR US ENER	DRE	85,48	84,71	85,48	85,44	84,71	-1,41↓	0,87	-	5	471
BIYF39	US FINANCIAL	DRE	34,52	34,52	34,79	34,67	34,79	0,43↑	29,99	36,00	2	1.036
BIYG39	USFINANCSERV	DRE	-	-	-	-	-	-	17,34	-	-	-
BIYK39	BKR COSTAPLE	DRE	19,67	19,66	19,67	19,66	19,66	-3,05↓	-	20,40	13	1.238
BIYT39	BKR 7 10 YRT	DRE ED	51,18	50,85	51,18	50,89	50,85	-1,26↓	50,15	-	3	12
BIYW39	US TECHNOLOG	DRE	24,39	24,19	24,39	24,23	24,20	-1,30↓	23,98	-	4	6.696
BJQU39	JP QLT FACT	DRE	-	-	-	-	-	-	39,90	-	-	-
BKNG34	BOOKING	DRN	123,12	123,12	124,54	123,95	123,81	-0,88↓	122,24	125,10	161	504
BKSA39	BKR SAUDARAB	DRE	57,50	57,50	57,50	57,50	57,50	-0,06↓	23,70	-	1	20
BKXI39	BKR GB STAMP	DRE	65,94	65,94	65,94	65,94	65,94	-3,90↓	-	-	4	1.383
BLAK34	BLACKROCK	DRN	65,60	65,41	66,03	65,80	65,93	0,94↑	65,79	65,93	30	1.850
BLAU3	BLAU	ON NM	11,77	11,58	11,95	11,76	11,95	1,52↑	11,89	11,95	904	151.400
BLBT39	GX LITHIUM B	DRE	27,06	27,06	27,06	27,06	27,06	=	26,50	33,00	1	1
BLPA39	GX MLP ETF	DRE	-	-	-	-	-	-	54,98	-	-	-
BLPX39	GX MLP EN IN	DRE	-	-	-	-	-	-	56,98	-	-	-
BLQD39	BKR IBOX IGC	DRE ED	59,16	58,40	59,16	58,60	58,48	-1,14↓	55,98	58,48	12	975
BMEB3	MERCANTIL	ON N1	-	-	-	-	-	-	27,01	28,00	-	-
BMEB4	MERCANTIL	PN N1	28,40	28,40	29,60	29,07	29,60	4,22↑	29,60	29,77	26	3.300
BMGB4	BANCO BMG	PN N1	3,55	3,52	3,56	3,53	3,55	=	3,54	3,55	708	253.100
BMIN3	MERC INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	19,52	-	-	-
BMIN4	MERC INVEST	PN	-	-	-	-	-	-	15,40	16,11	-	-
BMKS3	BIC MONARK	ON	330,50	325,06	349,90	326,57	349,90	=	325,17	348,99	6	20
BMMT11	B INDEX MOME	CI	113,26	113,26	113,26	113,26	113,26	0,17↑	113,26	-	1	100
BMOB3	BEMOBI TECH	ON NM	14,74	14,28	14,86	14,51	14,38	2,78↑	14,38	14,43	3.329	616.900
BMTU39	MSCIUSAMOM F	DRE	54,15	54,10	54,15	54,10	54,10	-0,66↓	43,98	-	2	1.836
BMYB34	BRISTOLMYERS	DRN ED	219,20	219,17	220,20	220,05	219,17	1,55↑	194,82	-	14	658
BNBR3	NORD BRASIL	ON	-	-	-	-	-	-	113,50	115,95	-	-
BNDA39	MSCI INDIA	DRE	77,51	76,96	77,51	77,27	77,12	-0,50↓	76,00	77,34	15	1.286
BOAC34	BANK AMERICA	DRN	56,49	55,41	56,55	56,22	55,99	0,82↑	55,43	56,60	96	16.663
BOBR3	BOMBRIL	ON	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
BOBR4	BOMBRIL	PN	2,07	2,05	2,08	2,06	2,07	0,48↑	2,04	2,07	20	6.900
BOEF39	BKR SP100	DRE	74,40	73,98	74,40	74,29	73,98	-0,84↓	71,98	76,45	2	4
BOEI34	BOEING	DRN	-	-	-	-	-	-	914,00	1.080,00	-	-
BONY34	BNY MELLON	DRN	325,00	325,00	326,04	325,80	325,73	-0,49↓	322,74	345,00	3	138
BOTZ39	GX ROBOTC AI	DRE	-	-	-	-	-	-	35,99	43,04	-	-
BOVA11	ISHARES BOVA	CI	122,83	122,38	123,73	123,34	123,54	0,48↑	123,54	123,57	64.878	3.593.828
BOVB11	ETF BRA IBOV	CI	128,54	128,54	128,98	128,85	128,86	0,44↑	128,86	129,02	8	5.612
BOVS11	SAFRAETFIBOV	CI	97,35	97,06	98,13	97,82	97,92	0,42↑	-	97,92	451	550
BOVV11	IT NOW IBOV	CI	128,80	128,34	129,75	129,22	129,55	0,51↑	129,44	129,55	10.654	2.326.431
BOVX11	TREND IBOVX	CI	12,77	12,76	12,89	12,85	12,89	0,62↑	12,87	12,89	3.696	377.731
BOXP34	BXP INC	DRN	32,67	32,67	32,85	32,77	32,85	-0,72↓	32,50	39,40	4	7
BPAC11	BTGP BANCO	UNT EJ N2	32,39	31,74	32,39	32,02	31,98	-1,26↓	31,97	32,00	23.867	15.909.300
BPAC3	BTGP BANCO	ON EJ N2	15,58	15,50	15,65	15,55	15,50	-1,83↓	15,46	15,67	27	6.200
BPAC5	BTGP BANCO	PNA EJ N2	8,21	8,12	8,21	8,16	8,16	-2,74↓	8,16	8,31	19	3.100
BPAN4	BANCO PAN	PN N1	8,29	8,19	8,48	8,39	8,41	1,32↑	8,38	8,42	4.129	1.840.100
BPAR3	BANPARA	ON EJ	-	-	-	-	-	-	-	270,00	-	-
BPFR39	GX USPREFERR	DRE ED	-	-	-	-	-	-	3,99	-	-	-
BPFV39	GX VAR RTPRF	DRE ED	-	-	-	-	-	-	5,99	-	-	-
BPVE39	GX INFRA DEV	DRE	-	-	-	-	-	-	59,98	-	-	-
BQLT39	BKR A RATED	DRE ED	49,23	49,23	49,23	49,23	49,23	-	40,99	-	1	2
BQUA39	MSCIUSQUAL F	DRE	63,48	62,51	63,48	62,52	62,51	-1,01↓	61,50	63,60	7	7.828
BQYL39	GX NASDAQ100	DRE	32,49	32,40	32,49	32,48	32,40	-0,97↓	32,30	34,00	3	1.106
BRAP3	BRADESPAR	ON N1	18,37	18,37	18,63	18,54	18,62	0,64↑	18,62	18,65	377	68.400
BRAP4	BRADESPAR	PN N1	19,00	18,96	19,25	19,12	19,10	0,57↑	19,10	19,15	4.904	1.888.800
BRAX11	ISHARES BRAX	CI	105,78	105,64	106,43	106,21	106,28	0,44↑	106,00	109,00	30	1.455
BRBI11	BR PARTNERS	UNT N2	14,35	14,24	14,47	14,35	14,45	0,69↑	14,42	14,45	577	155.700
BREW11	B INDEX BREW	CI	119,01	119,01	119,01	119,01	119,01	0,70↑	119,01	122,61	1	100
BRFS3	BRF SA	ON NM	22,66	22,13	22,82	22,31	22,15	-2,76↓	22,14	22,17	15.328	4.673.800
BRIT3	BRISANET	ON NM	4,11	4,10	4,18	4,13	4,10	-1,44↓	4,10	4,12	318	264.600
BRKM3	BRASKEM	ON N1	18,18	18,18	18,70	18,40	18,59	0,21↑	18,49	18,69	16	3.700

Continua...

Pregão

Continuação

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas Compra (R$)	Ofertas Venda (R$)	Negócios Realizados Número	Negócios Realizados Quantidade
BRKM5	BRASKEM	PNA N1	18,53	18,31	18,64	18,50	18,44	-0,59↓	18,44	18,45	5.436	1.532.900
BRKM6	BRASKEM	PNB N1	-	-	-	-	-	-	13,00	15,55	-	-
BRSR3	BANRISUL	ON N1	12,50	12,35	12,62	12,49	12,61	0,79↑	12,35	12,61	35	7.900
BRSR5	BANRISUL	PNA N1	-	-	-	-	-	-	14,50	21,80	-	-
BRSR6	BANRISUL	PNB N1	12,00	11,51	12,00	11,67	11,84	-1,16↓	11,84	11,85	6.380	3.091.300
BSCZ39	BKR MS EAFE	DRE	42,59	42,59	42,59	42,59	42,59	-0,02↓	36,99	-	1	3
BSDV39	GX SUPERDIVD	DRE ED	-	-	-	-	-	-	59,00	-	-	-
BSGO39	BKR 0 3M TRS	DRE ED	-	-	-	-	-	-	2,94	-	-	-
BSHV39	BKR SHORT TR	DRE ED	60,12	59,69	60,12	59,91	59,69	-1,07↓	59,50	63,82	121	2.583
BSHY39	BKR 1 3 YRTR	DRE ED	55,65	55,65	55,66	55,65	55,66	-0,28↓	53,98	-	2	5.850
BSIL39	GX SILVER MN	DRE	36,12	36,00	36,12	36,11	36,12	-0,49↓	29,99	-	4	151
BSIZ39	MSCIUSASIZF	DRE	-	-	-	-	-	-	43,98	-	-	-
BSLI3	BRB BANCO	ON	-	-	-	-	-	-	9,55	10,02	-	-
BSLI4	BRB BANCO	PN	-	-	-	-	-	-	10,00	10,79	-	-
BSLV39	SILVER TRUST	DRE	50,42	50,42	51,40	50,74	50,86	-0,64↓	48,51	51,00	14	586
BSNS39	GX INTERTHGS	DRE	-	-	-	-	-	-	36,99	-	-	-
BSOX39	BKR SEMICOND	DRE	35,64	34,89	35,64	35,10	34,89	-1,88↓	34,90	35,54	91	3.319
BSRE39	GX SUDIVREIT	DRE ED	-	-	-	-	-	-	-	108,35	-	-
BSTI39	BKR STIP	DRE ED	-	-	-	-	-	-	52,98	-	-	-
BTEK11	INVESTO BTEK	CI	72,11	71,80	72,14	72,08	72,14	0,04↑	72,13	75,19	6	228
BTFL39	BKR FLOT RTE	DRE ED	55,57	54,96	55,57	55,26	54,96	-0,88↓	53,98	-	2	8
BTIP39	BKR TIP	DRE ED	58,20	57,98	58,20	58,01	57,98	-0,92↓	-	-	2	6
BTLT39	BKR 20YR TRS	DRE ED	33,69	33,29	33,69	33,40	33,36	-1,47↓	33,30	47,75	66	15.216
BURA39	GX URANIUM	DRE	53,42	53,25	54,45	53,54	53,85	0,80↑	53,03	54,12	14	322
BURT39	BKR MS WLD	DRE	-	-	-	-	-	-	49,98	-	-	-
BUSM39	MSCI US MVOL	DRE	-	-	-	-	-	-	55,98	-	-	-
BUSR39	CORE US REIT	DRE	48,65	48,60	48,65	48,60	48,60	-0,61↓	44,98	48,60	3	90
BVEG39	BKR GBL AGRO	DRE	-	-	-	-	-	-	42,99	-	-	-
BVLU39	MSCIUSVALUEF	DRE	56,60	56,60	56,60	56,60	56,60	0,21↑	56,48	-	1	10
BXPO11	INVESTO BXPO	CI	124,08	123,99	124,42	124,25	124,15	-0,19↓	118,66	124,16	5	48
BXTC39	EXPON TECHNL	DRE	-	-	-	-	-	-	48,35	-	-	-
C1AB34	CABLE ONE IN	DRN	9,00	8,75	9,00	8,86	8,75	-8,18↓	-	9,75	8	53
C1AG34	CONAGRA BRAN	DRN	158,90	158,90	158,90	158,90	158,90	-0,21↓	-	-	1	1
C1BL34	CHUBB LTD	DRN	346,00	345,92	346,00	345,96	345,92	0,02↑	-	-	2	20
C1BS34	PARAMOUNT GL	DRN	62,05	62,05	62,05	62,05	62,05	0,97↑	60,00	63,58	1	3
C1CI34	CROWN CASTLE	DRN	-	-	-	-	-	-	109,96	-	-	-
C1CL34	CARNIVAL COR	DRN	97,07	97,07	97,07	97,07	97,07	0,61↑	86,11	99,50	1	1
C1DN34	CADENCE DESI	DRN	858,68	858,68	858,68	858,68	858,68	-1,56↓	-	-	1	300
C1DW34	CDW CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	67,00	-	-
C1GP34	COSTAR GROUP	DRN	3,92	3,92	3,92	3,92	3,92	-2,24↓	3,92	4,01	3	12
C1HR34	CH ROBINSON	DRN	23,77	23,77	23,77	23,77	23,77	0,25↑	-	27,00	1	1
C1HT34	CHUNGHWA TEL	DRN ED	-	-	-	-	-	-	43,50	-	-	-
C1IC34	CIGNA GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	458,16	-	-
C1MG34	CHIPOTLE MEX	DRN	16,18	15,63	16,18	15,74	15,69	-3,02↓	15,62	-	19	960
C1NC34	CENTENE CORP	DRN	358,60	358,60	358,92	358,87	358,92	-0,79↓	-	-	2	7
C1NS34	CELANESE COR	DRN	357,05	357,05	357,05	357,05	357,05	-2,38↓	-	-	1	5
C1OG34	COTERRA ENER	DRN	-	-	-	-	-	-	130,00	-	-	-
C1RR34	CARRIER GLOB	DRN	84,51	84,51	84,51	84,51	84,51	-4,67↓	79,00	-	1	1
C1TV34	CORTEVA INC	DRN	70,00	69,24	70,06	69,77	69,24	-7,53↓	68,91	73,00	5	18
C2AC34	CACI INTERNL	DRN	3,00	2,99	3,00	2,99	2,99	=	2,96	3,46	6	288
C2CA34	FEMSA SAB CV	DRN	92,52	91,53	92,52	92,22	91,53	0,09↑	86,85	92,43	3	7
C2HP34	CHARGEPOINTH	DRN	3,32	3,14	3,32	3,18	3,18	-3,63↓	2,15	3,81	22	43.360
C2OI34	COINBASEGLOB	DRN	48,75	47,36	48,88	48,23	47,60	-1,53↓	47,50	48,20	143	65.813
C2OL34	BANCOLOMBIA	DRN	45,50	45,50	45,50	45,50	45,50	0,66↑	44,97	48,70	2	11
C2OU34	COURSERA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	19,83	-	-
C2PT34	CAMDEN PROP	DRN	39,12	39,12	39,12	39,12	39,12	-0,71↓	-	-	1	1
C2RS34	CRISPR THERA	DRN	-	-	-	-	-	-	-	43,00	-	-
C2RW34	CROWDSTRIKE	DRN	97,30	94,70	98,00	95,90	94,70	-2,27↓	94,05	97,80	25	1.547
CALI3	CONST A LIND	ON	-	-	-	-	-	-	18,00	35,00	-	-
CAMB3	CAMBUCI	ON	10,52	10,51	10,80	10,69	10,60	0,95↑	10,60	10,78	82	53.300
CAML3	CAMIL	ON NM	8,71	8,48	8,71	8,55	8,62	-0,80↓	8,57	8,62	1.710	432.600
CASH3	MELIUZ	ON NM	6,20	6,11	6,25	6,15	6,11	-1,76↓	6,11	6,16	1.796	764.800
CASN3	CASAN	ON ES	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-
CATP34	CATERPILLAR	DRN	112,00	110,00	112,00	111,10	110,00	-2,10↓	109,80	110,00	47	587
CBAV3	CBA	ON NM	7,11	7,04	7,35	7,24	7,32	2,80↑	7,32	7,33	7.004	3.940.600
CBEE3	AMPLA ENERG	ON	-	-	-	-	-	-	9,00	10,80	-	-
CCRO3	CCR SA	ON NM	12,42	12,36	12,66	12,53	12,63	1,44↑	12,59	12,63	11.260	6.082.200
CEAB3	CEA MODAS	ON NM	9,86	9,82	10,07	9,93	9,94	0,81↑	9,88	9,94	4.370	1.529.600
CEBR3	CEB	ON	19,60	19,53	20,19	19,77	20,19	1,96↑	20,00	20,40	28	4.100
CEBR5	CEB	PNA	18,38	18,10	18,38	18,17	18,30	1,49↑	18,04	18,39	8	1.100
CEBR6	CEB	PNB	19,41	19,20	19,41	19,29	19,20	-1,33↓	19,20	19,47	14	1.900
CEDO3	CEDRO	ON N1	-	-	-	-	-	-	27,30	29,00	-	-
CEDO4	CEDRO	PN N1	22,59	22,59	22,59	22,59	22,59	4,58↑	22,59	24,38	5	1.500
CEEB3	COELBA	ON	39,12	39,08	39,30	39,18	39,30	-1,13↓	39,03	39,84	5	500
CEEB5	COELBA	PNA	-	-	-	-	-	-	39,00	-	-	-
CEED3	CEEE-D	ON	-	-	-	-	-	-	13,00	21,00	-	-
CEED4	CEEE-D	PN	-	-	-	-	-	-	15,00	33,00	-	-
CEGR3	CEG	ON	-	-	-	-	-	-	-	65,00	-	-
CGAS3	COMGAS	ON	-	-	-	-	-	-	105,12	109,99	-	-
CGAS5	COMGAS	PNA	119,98	119,98	119,98	119,98	119,98	7,10↑	113,00	116,90	2	200
CGRA3	GRAZZIOTIN	ON	25,35	25,35	25,35	25,35	25,35	0,19↑	25,35	25,40	3	300
CGRA4	GRAZZIOTIN	PN	25,40	25,40	25,58	25,47	25,55	-0,54↓	25,45	25,66	15	2.100
CHCM34	CHARTER COMM	DRN	26,36	26,20	26,78	26,56	26,59	=	26,20	27,70	11	68
CHME34	CME GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	219,92	-	-	-

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas Compra (R$)	Ofertas Venda (R$)	Negócios Realizados Número	Negócios Realizados Quantidade
CHVX34	CHEVRON	DRN	84,55	83,08	84,55	83,36	83,08	-1,54↓	83,08	84,26	87	3.262
CIEL3	CIELO	ON NM	5,70	5,70	5,72	5,70	5,72	0,17↑	5,71	5,72	8.872	13.029.900
CLOV34	CLOVERHEALTH	DRN	7,19	7,19	7,19	7,19	7,19	-2,83↓	3,40	7,55	1	4
CLSA3	CLEARSALE	ON NM	8,35	8,30	9,07	8,77	8,89	6,59↑	8,89	8,90	5.788	2.741.600
CLSC3	CELESC	ON N2	-	-	-	-	-	-	68,00	78,90	-	-
CLSC4	CELESC	PN N2	77,28	77,26	77,51	77,43	77,51	0,10↑	77,51	78,80	8	1.200
CMCS34	COMCAST	DRN ED	40,52	40,44	40,92	40,59	40,56	-0,49↓	40,45	41,60	31	791
CMDB11	BTG COMMODIT	CI	13,56	13,56	13,57	13,56	13,56	=	13,56	13,80	6	72
CMIG3	CEMIG	ON N1	12,79	12,70	12,93	12,86	12,93	1,89↑	12,84	12,93	682	107.500
CMIG4	CEMIG	PN N1	10,54	10,46	10,66	10,55	10,51	-0,28↓	10,50	10,52	27.768	9.133.300
CMIN3	CSNMINERACAO	ON N2	5,28	5,23	5,29	5,25	5,27	-0,18↓	5,25	5,27	9.407	5.322.000
CNIC34	CANAD NATION	DRN	26,15	26,15	26,15	26,15	26,15	-3,78↓	23,93	30,00	1	38
COCA34	COCA COLA	DRN	57,45	56,59	57,45	56,95	56,80	-1,54↓	56,64	56,80	842	15.382
COCE3	COELCE	ON	-	-	-	-	-	-	30,11	35,00	-	-
COCE5	COELCE	PNA	29,84	29,80	30,22	29,95	29,99	0,90↑	29,99	30,18	47	5.600
COCE6	COELCE	PNB	-	-	-	-	-	-	12,90	-	-	-
COGN3	COGNA ON	ON NM	1,84	1,82	1,88	1,86	1,88	2,17↑	1,87	1,88	9.398	19.847.500
COLG34	COLGATE	DRN	76,64	75,04	76,64	75,64	75,04	-2,08↓	75,04	78,00	14	166
COPH34	COPHILLIPS	DRN	50,51	50,15	50,96	50,63	50,49	-0,57↓	50,16	50,96	20	195
CORN11	BB ETF MILHO	CI	6,30	6,20	6,30	6,25	6,29	-0,15↓	6,24	6,30	41	754
COTY34	COTY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	16,01	27,50	-	-
COWC34	COSTCO	DRN	120,72	119,67	121,63	121,12	120,12	-0,49↓	112,00	123,10	97	2.186
CPFE3	CPFL ENERGIA	ON NM	33,50	33,29	33,69	33,45	33,37	-0,26↓	33,37	33,52	4.749	1.128.600
CPLE3	COPEL	ON N2	8,73	8,70	8,93	8,87	8,90	1,94↑	8,90	8,91	4.775	2.454.600
CPLE5	COPEL	PNA N2	-	-	-	-	-	-	14,00	14,98	-	-
CPLE6	COPEL	PNB N2	9,84	9,81	10,02	9,96	10,00	1,62↑	9,98	10,01	14.456	10.751.300
CPRL34	CANAD KANSAS	DRN	108,02	106,37	108,02	106,94	106,50	-2,69↓	105,60	-	7	92
CRFB3	CARREFOUR BR	ON NM	10,34	10,15	10,45	10,33	10,34	-0,09↓	10,34	10,35	10.056	4.774.300
CRIP34	CTRIPCOM	DRN	276,75	276,75	276,75	276,75	276,75	2,80↑	275,94	-	1	36
CRPG3	CRISTAL	ON	-	-	-	-	-	-	29,10	38,00	-	-
CRPG5	CRISTAL	PNA	29,15	29,00	29,29	29,05	29,01	0,20↑	29,01	29,19	18	2.500
CRPG6	CRISTAL	PNB	29,44	29,01	29,44	29,28	29,01	-1,62↓	28,76	29,48	3	300
CSAN3	COSAN	ON NM	13,90	13,86	14,21	14,07	14,08	0,78↑	14,08	14,09	9.768	3.907.600
CSCO34	CISCO	DRN ED	50,25	49,50	50,35	49,92	49,50	-1,64↓	49,42	53,04	40	517
CSED3	CRUZEIRO EDU	ON NM	4,11	4,11	4,27	4,18	4,20	2,18↑	4,18	4,21	902	437.200
CSMG3	COPASA	ON NM	20,99	20,63	21,01	20,76	20,69	-1,00↓	20,66	20,70	2.844	588.500
CSNA3	SID NACIONAL	ON	12,96	12,93	13,13	13,04	13,02	0,38↑	13,02	13,04	7.665	3.094.000
CSRN3	COSERN	ON	-	-	-	-	-	-	22,00	22,50	-	-
CSRN5	COSERN	PNA	-	-	-	-	-	-	21,20	21,70	-	-
CSRN6	COSERN	PNB	-	-	-	-	-	-	-	24,74	-	-
CSUD3	CSU DIGITAL	ON EJ NM	19,97	19,71	20,00	19,87	19,94	0,35↑	19,91	19,94	157	34.000
CSXC34	CSX CORP	DRN	91,00	87,77	91,00	88,30	88,32	-3,20↓	87,00	95,85	5	19
CTGP34	CITIGROUP	DRN	59,10	58,98	60,22	59,69	59,98	1,69↑	59,98	60,99	702	59.180
CTKA3	KARSTEN	ON	21,60	21,60	21,60	21,60	21,60	8,05↑	10,00	22,00	1	100
CTKA4	KARSTEN	PN	19,70	19,70	20,00	19,77	20,00	6,43↑	17,01	20,00	3	400
CURY3	CURY S/A	ON NM	21,42	21,30	21,55	21,41	21,55	0,46↑	21,50	21,56	7.394	1.385.300
CVCB3	CVC BRASIL	ON NM	2,00	1,99	2,19	2,11	2,15	7,50↑	2,15	2,16	11.039	38.505.100
CVSH34	CVS HEALTH	DRN	31,13	30,93	31,13	30,98	30,93	-0,57↓	30,95	31,78	5	58
CXSE3	CAIXA SEGURI	ON NM	14,22	14,12	14,41	14,27	14,31	0,42↑	14,27	14,31	8.104	3.007.000
CYRE3	CYRELA REALT	ON NM	19,61	19,43	20,12	19,88	20,04	1,57↑	19,99	20,04	9.607	3.656.400
D1DG34	DATADOG INC	DRN	68,94	68,81	68,94	68,81	68,81	-5,42↓	60,00	-	2	218
D1EL34	DELL TECHNOL	DRN	802,40	785,67	817,33	801,00	792,00	-0,37↓	780,07	792,00	38	563
D1EX34	DEXCOM INC	DRN	12,05	12,05	12,05	12,05	12,05	-0,65↓	11,50	13,03	1	1
D1LR34	DIGITAL REAL	DRN	-	-	-	-	-	-	186,25	-	-	-
D1OC34	DOCUSIGN INC	DRN	14,13	14,12	14,20	14,17	14,12	-3,74↓	14,04	15,09	6	640
D1OM34	DOMINION ENE	DRN	134,45	134,45	134,45	134,45	134,45	0,02↑	-	-	1	33
D1OW34	DOW INC	DRN	-	-	-	-	-	-	69,35	77,00	-	-
D1VN34	DEVON ENERGY	DRN	251,67	250,53	251,67	251,02	250,53	-6,51↓	240,00	273,27	5	9
D1XC34	DXC TECHNOLO	DRN	-	-	-	-	-	-	-	107,00	-	-
D2AS34	DOORDASH INC	DRN	39,92	39,32	40,68	39,86	39,32	-4,09↓	-	43,68	4	4
D2KN34	DRAFTKINGS	DRN	33,27	33,00	33,27	33,02	33,00	-4,34↓	32,59	36,83	2	193
D2KS34	DICKS SPORT	DRN	109,78	109,78	109,78	109,78	109,78	0,10↑	-	-	1	160
D2OC34	DOXIMITY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	15,24	-	-	-
D2PZ34	DOMINOSPIZZA	DRN	52,50	52,10	52,50	52,34	52,10	-3,51↓	-	54,00	2	25
D2TC34	DYNATRACE IN	DRN	-	-	-	-	-	-	25,00	-	-	-
DASA3	DASA	ON NM	3,36	3,30	3,53	3,45	3,50	3,85↑	3,50	3,51	2.117	1.208.600
DBAG34	DEUTSCHE AK	DRN	90,72	90,63	90,72	90,67	90,63	-1,38↓	89,97	101,27	2	2
DDNB34	DUPONT N INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	440,00	-	-
DEAI34	DELTA	DRN	255,16	255,16	255,16	255,16	255,16	0,30↑	-	-	1	4
DEEC34	DEERE CO	DRN	64,74	62,70	64,74	63,51	63,04	-3,32↓	62,73	63,45	60	1.579
DEOP34	DIAGEO PL	DRN	38,90	38,14	38,90	38,61	38,24	-1,69↓	38,14	39,50	35	2.212
DESK3	DESKTOP	ON NM	15,27	14,94	15,41	15,08	15,02	-1,44↓	15,02	15,10	748	262.800
DEXP3	DEXXOS PAR	ON N1	10,22	10,14	10,34	10,21	10,23	-0,19↓	10,22	10,23	218	49.200
DEXP4	DEXXOS PAR	PN N1	10,27	10,27	10,27	10,27	10,27	1,48↑	10,12	10,26	1	100
DGCO34	DOLLAR GENER	DRN ED	29,08	28,95	29,08	29,06	29,07	-0,41↓	27,78	31,42	4	76
DHER34	DANAHER CORP	DRN	46,57	46,16	46,57	46,32	46,16	-1,59↓	45,50	47,50	10	4.222
DIRR3	DIRECIONAL	ON ED NM	26,24	26,17	26,74	26,49	26,73	1,63↑	26,58	26,73	5.410	951.600
DISB34	WALT DISNEY	DRN ED	35,20	34,85	35,38	35,07	35,00	-1,10↓	35,00	35,12	653	60.141
DIVD11	IT NOW DIVD	CI ER	52,16	52,00	52,49	52,27	52,33	0,15↑	52,33	52,53	152	11.136
DIVO11	IT NOW IDIV	CI	90,30	90,05	90,84	90,56	90,55	0,27↑	90,50	90,70	162	27.331
DMFN3	DMFINANCEIRA	ON	-	-	-	-	-	-	12,50	23,00	-	-
DMVF3	D1000VFARMA	ON NM	7,44	7,31	7,73	7,57	7,56	0,80↑	7,46	7,56	260	65.500
DNAI11	IT NOW DNA	CI	33,94	33,54	33,94	33,59	33,54	-1,17↓	32,00	40,00	4	164
DOHL3	DOHLER	ON	-	-	-	-	-	-	5,01	9,98	-	-
DOHL4	DOHLER	PN	3,98	3,98	4,04	3,99	4,04	2,02↑	3,93	3,99	5	800
DOTZ3	DOTZ SA	ON NM	6,44	6,31	6,59	6,41	6,39	-1,08↓	6,39	6,41	38	8.600
DTCY3	DTCOM-DIRECT	ON	-	-	-	-	-	-	-	6,25	-	-

Indicadores Econômicos

Dólar

		10/07/2024	09/07/2024	08/07/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,4110	R$ 5,4140	R$ 5,4750
	VENDA	R$ 5,4120	R$ 5,4140	R$ 5,4760
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,3961	R$ 5,4381	R$ 5,4714
	VENDA	R$ 5,3967	R$ 5,4387	R$ 5,4720
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,4370	R$ 5,4430	R$ 5,5040
	VENDA	R$ 5,6170	R$ 5,6230	R$ 5,6840

Fonte: BC

Inflação

Índices	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	-	0,28%	-0,34%
IPC-Fipe	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	0,09%	-	1,61%	2,65%
IGP-DI (FGV)	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	-	0,60%	0,88%
INPC-IBGE	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	0,46%	-	2,42%	3,34%
IPCA-IBGE	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	0,46%	-	2,27%	3,93%
IPCA-IPEAD	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	0,62%	-	3,78%	6,04%

TR/Poupança

04/06 a 04/07	0,0857	0,5861	21/06 a 21/07	0,0653	0,5656
05/06 a 05/07	0,0849	0,5853	22/06 a 22/07	0,0389	0,5391
06/06 a 06/07	0,1133	0,6139	23/06 a 23/07	0,0652	0,5655
07/06 a 07/07	0,0603	0,5606	24/06 a 24/07	0,0915	0,5920
08/06 a 08/07	0,0391	0,5393	25/06 a 25/07	0,0894	0,5898
09/06 a 09/07	0,0655	0,5658	26/06 a 26/07	0,0906	0,5911
10/06 a 10/07	0,0920	0,5925	27/06 a 27/07	0,0916	0,5921
11/06 a 11/07	0,0883	0,5887	28/06 a 28/07	0,0686	0,5689
12/06 a 12/07	0,0963	0,5968	01/07 a 01/08	0,0739	0,5743
13/06 a 13/07	0,0945	0,5950	02/07 a 02/08	0,0740	0,5744
14/06 a 14/07	0,0676	0,5679	03/07 a 03/08	0,0742	0,5746
15/06 a 15/07	0,0399	0,5401	04/07 a 04/08	0,0703	0,5707
16/06 a 16/07	0,0660	0,5663	05/07 a 05/08	0,0669	0,5672
17/06 a 17/07	0,0922	0,5927	06/07 a 06/08	0,0668	0,5671
18/06 a 18/07	0,0920	0,5925	07/07 a 07/08	0,0705	0,5709
19/06 a 19/07	0,0936	0,5941	08/07 a 08/08	0,0742	0,5746
20/06 a 20/07	0,0956	0,5961	09/07 a 09/08	0,0744	0,5748

Ouro

	10/07/2024	09/07/2024	08/07/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.371,33	US$ 2.363,82	US$ 2.358,93
BM&F-SP (g)	R$ 412,54	R$ 412,91	R$ 414,18

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14	0,24
UPC (R$)	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50
Junho	0,79	10,50

Reservas Internacionais

09/07.. US$ 359.262 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80

Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,772	0,7867
COLON/COSTA RICA	35	0,3495	0,3518
COLON/EL SALVADOR	40	0,009993	0,01023
COROA DINAMARQUESA	55	0,7828	0,783
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03912	0,03922
COROA NORUEGUESA	65	0,5037	0,5039
COROA SUECA	70	0,5116	0,5118
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4691	1,4693
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,6397	3,6412
DOLAR/BAHAMAS	155	5,3961	5,3967
DOLAR CANADENSE	165	3,9642	3,9658
DOLAR DA GUIANA	170	0,02564	0,02595
DOLAR CAYMAN	190	6,4624	6,5415
DOLAR CINGAPURA	195	3,9995	4,0014
DOLAR HONG KONG	205	0,6908	0,6909
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7905	0,7981
DOLAR DOS EUA	220	5,3961	5,3967
FORINT/HUNGRIA	345	0,01483	0,01484
FRANCO SUICO	425	5,999	6,0023
GUARANI/PARAGUAI	450	0,000715	0,0007158
IENE	470	0,03336	0,03337
LIBRA/EGITO	535	0,1123	0,1125
LIBRA ESTERLINA	540	6,9291	6,9304
LIBRA/LIBANO	560	0,0000602	0,0000603
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,000415	0,0004151
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1654	0,1655
NOVO SOL/PERU	660	1,4265	1,429
PESO ARGENTINO	665	0,06459	0,06464
PESO CHILE	715	0,005891	0,005896
PESO/COLOMBIA	720	0,001355	0,001356
PESO/CUBA	725	0,2248	0,2249
PESO/REP. DOMINIC	730	0,09106	0,09166
PESO/FILIPINAS	735	0,09261	0,09265
PESO/MEXICO	741	0,3024	0,3026
PESO/URUGUAIO	745	0,1351	0,1352
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6945	0,6965
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002562	0,002578
RENMINBI HONG KONG	796	0,7401	0,7402
RIAL/CATAR	800	1,4794	1,4803
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4387	1,4389
RINGGIT/MALASIA	828	1,1474	1,1487
RUBLO/RUSSIA	830	0,06073	0,06074
RUPIA/INDIA	860	0,06461	0,06463
WON COREIA SUL	930	0,003899	0,003901
EURO	978	5,8391	5,8419

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895
Abril/2024	Junho/2024	0,003338	0,005741

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

27/06	0,01364947	3,04657857
28/06	0,01365003	3,04670440
29/06	0,01365044	3,04679591
30/06	0,01365044	3,04679591
01/07	0,01365069	3,04685151
02/07	0,01365110	3,04694231
03/07	0,01365165	3,04706510
04/07	0,01365218	3,04718375
05/07	0,01365271	3,04730130
06/07	0,01365297	3,04736086
07/07	0,01365297	3,04736086
08/07	0,01365297	3,04736086
09/07	0,01365340	3,04745588
10/07	0,01365397	3,04758326
11/07	0,01365452	3,04770553

Fonte: Fenaseg

TBF

04/07 a 04/08	0,8042
05/07 a 05/08	0,7703
06/07 a 06/08	0,7695
07/07 a 07/08	0,8063
08/07 a 08/08	0,8432
09/07 a 09/08	0,8448

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Maio	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

Agenda Federal

sage

Dia 12

EFD-Contribuições - Entrega da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de maio/2024 (Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, art. 7º). Internet

Dia 13

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis

a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc).

b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.

Internet

Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "a";

Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º;

Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

Dia 15

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1º a 10.07.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):

a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;

b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e

c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.

Darf Comum (2 vias)

IOF - Pagamento do IOF apurado no 1º decêndio de julho/2024:

- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028

Darf Comum (2 vias)

Cide - Pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico cujos fatos geradores ocorreram no mês de junho/2024 (art. 2º, § 5º, da Lei nº 10.168/2000; art. 6º da Lei nº 10.336/2001):

- Incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties ou remuneração previstos nos respectivos contratos relativos a fornecimento de tecnologia, prestação de serviços de assistência técnica, cessão e licença de uso de marcas e cessão e licença de exploração de patentes - Cód. Darf 8741.
- Incidente na comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) - Cód. Darf 9331.

Darf Comum (2 vias)

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005), no período de 16 a 30.06.2024.

Darf Comum (2 vias)

EFD-Reinf - Entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), relativa ao mês de junho/2024.

Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a transmissão da EFD-Reinf pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente. (Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 6º)

Nota: As entidades promotoras de espetáculos desportivos com equipes de futebol profissional (Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 3º, V) devem transmitir a EFD-Reinf com as informações do evento até 2 dias úteis após a sua realização. Internet

Previdência Social (INSS) - Contribuinte individual, facultativo e segurado especial optante pelo recolhimento como contribuinte individual - Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência junho/2024 devidas pelos contribuintes individuais, segurados facultativos e especiais que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual.

VARIEDADES

Pedra São Thomé: a mais nova Indicação Geográfica



Originário de Minas Gerais, mineral dá nome à cidade de São Thomé das Letras, na região da Serra da Mantiqueira, e é parte integrante da cultura e história do município FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK_

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) reconheceu a Pedra São Thomé como a mais nova Indicação Geográfica (IG) brasileira. Originário de Minas Gerais, o mineral dá nome à cidade de São Thomé das Letras, onde é encontrado, e tornou-se um dos itens mais procurados e valorizados por arquitetos e construtores por suas características que cativam visitantes de todas as partes do mundo.

Com esse reconhecimento, o Brasil chega à marca de 115 Indicações Geográficas registradas de produtos únicos. Antes da Pedra São Thomé, o Inpi já havia concedido esse registro também às pedras Carijó, Cinza e Madeira, todas do Rio de Janeiro, e ao mármore de Cachoeiro do Itapemirim (ES).

A Pedra de São Thomé é uma formação rochosa conhecida por suas propriedades especiais. Além de sua beleza natural, a pedra é parte integrante da cultura e história da cidade mineira.

São Thomé das Letras é conhecida como a cidade de pedra e está localizada ao sul de Minas Gerais, a 1.440 metros de altitude, na região da Serra da Mantiqueira.

Reconhecida por sua beleza, resistência e versatilidade, a pedra São Thomé é muito utilizada na decoração de ambientes internos e externos. A pedra é um mineral de quartzito de alta durabilidade e dureza, com resistência ao atrito, baixa absorção de calor, antiderrapante e que não descasca, não esfarela e tem uma superfície plana e áspera.

Ela é encontrada nas cores branca (esbranquiçada ou acinzentada), amarela (amarelo alaranjado indo para o marrom claro e escuro) e rosa (rosada claro e escuro). "O Estado de Minas Gerais é mundialmente conhecido pela sua riqueza mineral, fator que deu origem à sua denominação. Esse reconhecimento do Inpi vai valorizar ainda mais essa pedra, que tem qualidades únicas, e contribuir com a sua promoção no mercado do brasileiro e internacional", afirmou a analista de inovação do Sebrae Nacional, Hulda Giesbrecht. **(Agência Sebrae)**

> **"Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) reconheceu Pedra São Thomé como a mais nova Indicação Geográfica (IG) brasileira"**



Pedra São Thomé é um mineral de quartzito de alta durabilidade e dureza, com resistência ao atrito, com superfície plana e áspera FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK_

Trilha de Capacitação para empreendedoras

Em Minas Gerais, o negócio próprio é a principal fonte de renda para sete a cada dez mulheres que empreendem, conforme dados da segunda edição da Pesquisa Mulheres Empreendedoras, realizada pelo Sebrae Minas. Para auxiliar aquelas que desejam melhorar a gestão da sua empresa, será realizada hoje (11) mais uma ação da Trilha de Capacitação, em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mas tem muito mais ao longo do ano – a programação vai até novembro - e ainda dá para se inscrever.

A temática da oficina será "Cuide do seu dinheiro: Finanças pessoais", das 19h às 21h, no Auditório da Associação Comercial e Empresarial (ACE). As participantes vão receber orientações sobre como separar as despesas pessoais dos gastos com a empresa; planejamento e crescimento do negócio; e ferramentas de gestão financeira. A realização é do Sebrae Minas, por meio do programa Sebrae Delas e a rede Compre de uma Mãe.

A analista da instituição, Michelle Chalub, reforça o compromisso do Sebrae Delas em levar apoio, capacitação e conexão para fortalecer as empreendedoras. "As mulheres enfrentam uma série de desafios para empreender. Conciliar os negócios com os cuidados domésticos, filhos e dependentes impacta ainda mais nesse cenário. Por isso, a Trilha vai atender às principais necessidades, como a gestão do negócio, o desenvolvimento de competências e as habilidades empreendedoras", ressalta a embaixadora do programa.

A Trilha da Capacitação começou no mês de junho e segue até novembro em 11 encontros presenciais com consultores e especialistas do Sebrae Minas. As participantes têm acesso a ferramentas de gestão eficiente, além de temáticas diversas para o sucesso do negócio com temas voltados para preço de venda, microempreendedor individual (MEI), e atendimento.

A iniciativa conta com o apoio da ACE Nova Lima, Câmara da Mulher Empreendedora de Nova Lima (CMENL) e ACE Jovem.

As próximas programações da Trilha da Capacitação são em agosto. No dia 6, o tema é "Atraindo clientes para minha empresa através de uma divulgação eficiente". Já no dia 22 de agosto, tem a oficina "Faça seu fluxo de caixa e controle de capital de giro".

SERVIÇO

Trilha de Capacitação para Empreendedoras Data: até novembro

Inscrições: formulário *on-line* via *site* do Sebrae Delas

Mais informações: Instagram: *@compredeumamaee / @sebraedelas.minas / @acenovalima / @camaradamulherdenovalima*

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067

Praça Sete Instrumental

O guitarrista e compositor mineiro Alexandre Magno promete uma tarde única durante sua apresentação no projeto Praça Sete Instrumental. Reconhecido pelo seu talento no cenário musical brasileiro, ele estará no palco hoje (11), às 12 horas, como parte do projeto promovido pelo Cine Theatro Brasil. O evento é no quarteirão fechado da rua Carijós, no "coração" do centro de Belo Horizonte. Alexandre Magno é conhecido não apenas por sua habilidade técnica na guitarra, mas também por sua capacidade de composição sofisticada e por sua contribuição para o cenário musical brasileiro. Os trabalhos dele têm recebido prêmios e reconhecimentos importantes como o Prêmio BDMG Instrumental de melhor álbum.

Mimulus em Itabira

A Associação Cultural Mimulus, uma das companhias de dança mais conceituadas do Estado, desembarca em Itabira nesta semana para oferecer uma programação inteiramente gratuita com o objetivo de celebrar seus 30 anos. Entre as atividades, estão a realização de uma oficina, além da apresentação da exposição e do espetáculo "Potência de Vida – Flores de Coragem – Mimulus 30 anos", criados em homenagem a Baby Mesquita, fundadora, diretora, produtora e figurinista da Mimulus. A oficina de dança é hoje (11), a exposição vai de hoje até sexta (12) e o espetáculo vai ser apresentado nesta sexta, às 20 horas, no Teatro Fundação Cultural Carlos Drummond de Andrade. A retirada gratuita de ingressos é pelo Sympla.

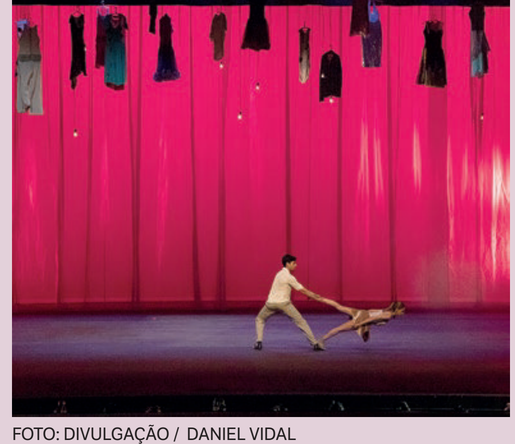


FOTO: DIVULGAÇÃO / DANIEL VIDAL

Lar Teresa de Jesus

O Lar Teresa de Jesus, Casa de Apoio à Pessoa com Câncer, em Belo Horizonte, está comemorando 25 anos de dedicação à causa da saúde, tendo prestado acolhimento a mais de 27 mil pessoas de 700 municípios. Em busca de realizar o sonho da fundadora, Maria Magdalena Vilela de Araújo, hoje com 94 anos, a instituição está com a campanha "Juntos, construindo a sede dos sonhos" para mobilizar toda a sociedade, pessoas físicas e jurídicas em busca de apoio financeiro para essa nova etapa do Lar Teresa de Jesus, a sede própria. Para saber mais e ajudar a essa causa, é só acessar o site da instituição (*www.larteresadejesus.org*), o Instagram *@larteresadejesusoficial* ou entrar em contato pelos telefones (31) 3291-1330 e (31) 99807-9857. O Lar Teresa de Jesus oferece não apenas abrigo, mas também transporte dos pacientes para os hospitais, refeições diárias, atendimento psicológico, espiritual e socioassistencial.